

Quem disse ?

«É necessário que o mercado imobiliário, que satisfaz uma necessidade básica, seja regulado»

Helena Roseta

RTP2, 13 de Outubro de 1983



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Segurança Social

Combate a toda e qualquer fraude

Recuperar, até ao final do próximo ano, 170 dos cerca de 400 milhões de contos de dívidas à Segurança Social é a previsão orçamental do Estado para o sector.

A informação foi avançada, terça-feira, por Paulo Pedroso, ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O governante explicou ainda que até ao final de 2001 deverão ser recuperados 70 milhões de contos e que, ao longo de 2002, deverão ser reavidos mais 100 milhões de contos.

«Temos, hoje, em matéria de rigor, uma política que é muito clara: não há fraude boa ou fraude má, há fraude e toda ela tem de ser combatida» como é o caso das empresas que «fogem às prestações – daí que tenha sido aperfeiçoado o regime de cobrança das dívidas à segurança social que possui actualmente um rácio de 97 por cento», referiu. Pedroso sustentou igualmente que o stock da dívida desceu, nos últimos anos, dos 36 por cento das receitas para cerca de 24 por cento.

O ministro revelou também que em 2002 haverá uma redução de cerca de quatro milhões de contos, correspondentes a quatro pontos percentuais, da dotação do subsídio de doença.

Mantidas serão as dotações de 48 milhões de contos do Rendimento Mínimo Garantido e de cerca de 170 milhões de contos do subsídio de desemprego e apoio ao emprego, garantia salarial e salários em atraso.

A manutenção da dotação para o Rendimento Mínimo é efectuada quando são beneficiários desta medida cerca de 350.000 pessoas embora «sejam mais aqueles que abandonam o programa do que aqueles que entram», disse.

Paulo Pedroso justifica a manutenção da dotação orçamental com os «ganhos de eficiência» devido ao combate à fraude e melhor controlo na utilização e atribuição desses benefícios.

ORÇAMENTO DE ESTADO 2002 CONVERGÊNCIA E COESÃO



O Governo do PS aprovou na passada quinta-feira a proposta de lei do Orçamento de Estado (OE) para 2002.

Trata-se do primeiro Orçamento do euro, que eleger como prioridade a convergência real da economia portuguesa, colocando o acento tónico no rigor e na disciplina das finanças públicas, ao mesmo tempo que prossegue o desagravamento da tributação dos rendimentos do trabalho e de quem tem menores recursos e reforça a coesão social, num cenário macroeconómico marcado pela instabilidade internacional.

Sociedade & País

Trabalho

Desemprego em queda há mais de quatro anos



O desemprego registado caiu em quase um terço, durante os mais de quatro anos e meio de quebra contínua do número de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional. Entre Dezembro de 1996, último mês em que se verificou um aumento homólogo do desemprego registado, e Agosto deste ano, último mês em que se manteve a tendência de quebra, o número de desempregados registados caiu 32,6 por cento.

Sociedade & País

Justiça

Prisões com «secções de segurança»



As cadeias de Vale de Judeus, Linhó (Sintra), Paços de Ferreira, Pinheiro da Cruz e Coimbra vão passar a dispor de «secções de segurança». Esta medida manter-se-á até ser construída uma prisão de segurança máxima. A decisão consta de um despacho já aprovado pelo ministro da Justiça, António Costa, e destina-se a reclusos «preventivos ou em cumprimento de pena que se revelem inadaptados ao regime comum».



Portugueses querem OE aprovado

Para o primeiro-ministro, António Guterres, os portugueses querem ver aprovada a proposta do Governo do Orçamento de Estado para 2002. Esta foi a convicção transmitida aos deputados socialistas no encerramento das Jornadas Parlamentares que decorreram esta semana, em Lisboa.

Guterres salientou mais uma vez o empenho do Governo na viabilização deste Orçamento e relembrou as oposições de que mantém «intacta» a sua disponibilidade para dialogar com todos os partidos, tendo em vista um consenso em torno da política orçamental para o próximo ano. «É dever do Governo fazer tudo o que for possível para que o Orçamento obtenha o máximo consenso possível, da mesma forma que é dever das oposições aproveitar todas as oportunidades para dar o seu contributo», acrescentou.

Salientando que a proposta do OE apresentada pelo Governo possui «consciência social», ao permitir a majoração dos abatimentos por doações feitas a favor de instituições de solidariedade social, ao isentar de IRS as famílias a partir dos três filhos que ganhem menos de 1 500 contos anuais e ao aumentar os apoios sociais para as famílias do mundo rural. Reconhecendo que os grandes sacrificados com o Orçamento de Estado para 2002 são os ministérios do seu Governo, Guterres justificou a opção tomada com o propósito de poupar as famílias e as empresas portuguesas, garantindo ainda que as opções orçamentais do executivo irão garantir as pensões dos portugueses ao longo de várias gerações. Aliás, esta é uma das áreas em que o executivo se mostra fortemente empenhado dotando este sector com mais 32 por cento e apostando no cumprimento da lei de bases da Segurança Social. Segundo Guterres, a Segurança Social está a poupar, a constituir reservas, que serão a garantia de que as pensões continuarão a ser pagas daqui a 10, 20 e 30 anos. Isto prova que não estamos só a pensar em nós próprios, mas também nos nossos filhos e netos.

Para o primeiro-ministro, a medida constante do OE2002 que limitará o crescimento da despesa corrente a quatro por cento «representará um enorme esforço para todos os ministérios» mas, para Guterres, «antes ter o Governo dificuldades do que as famílias e as empresas».

Neste sentido o Orçamento de Estado 2002 é, segundo o primeiro-ministro, «uma âncora de confiança e de estabilidade, sendo simultaneamente o melhor instrumento para combater a incerteza derivada da complexidade da situação internacional junto das famílias e das empresas».



CIMEIRA DE CHEFES DE GOVERNO SOCIALISTAS EM ATENAS

A cimeira de chefes de Governo socialistas do Sul da Europa realizada em Atenas era o principal tema da edição de 20 de Outubro de 1983 do «Acção Socialista».

«É necessário saber, com urgência, se a CEE é uma ideia supranacional ou um conjunto de egoísmos em que cada um se defende a si próprio», afirmava o primeiro-ministro, Mário Soares, na cimeira de chefes de Governo socialistas de Portugal, Espanha (Felipe González), França (Pierre Mauroy), Itália (Bettino Craxi) e Grécia (Andreas Papandreu).

A conferência da JS sobre a paz e o desarmamento ocupava também lugar de destaque nesta edição.

Em plena guerra-fria, a redução imediata dos «SS-20» e consequente não instalação dos «Pershing-II» e «Cruise» foi uma das conclusões desta conferência promovida pela JS, então liderada pela camarada Margarida Marques.

J. C. C. B.

20 de Outubro

Quem disse?

«Não se pode lutar contra a opressão no Chile (ditadura militar de extrema-direita) e ignorar o que se passa na Polónia (ditadura comunista)»

Mário Soares



ONU

Kofi Annan é Nobel da Paz 2001

O novo Prémio Nobel da Paz, Kofi Annan, foi acordado, no dia 12, em Nova Iorque, com a notícia da sua distinção que considerou «maravilhosa» e um grande reconhecimento do trabalho das Nações Unidas.

«É uma sensação maravilhosa e um grande encorajamento para nós, e para a organização, pelo trabalho que fizemos até agora», disse Annan, adiantando tratar-se de um reconhecimento do trabalho dos funcionários da organização.

Por cá, o primeiro-ministro português manifestou satisfação pela atribuição do Nobel da paz à ONU e ao seu secretário-geral, elogiou o papel de Kofi Annan no processo para a independência de Timor-Leste e considerou-o «um trabalhador incansável pela paz».

«Os portugueses não esquecerão particularmente o seu esforço permanente, empenhado e eficaz na criação de condições para a liberdade e a independência do povo de Timor-Leste», refere uma nota do gabinete de António Guterres.



Internet/Portugal

Cientes crescem mais de cem por cento

O número de clientes de serviços de acesso à Internet atingiu os 2,79 milhões no final do segundo trimestre, um crescimento de mais de cem por cento em relação a igual período de 2000.

Segundo dados divulgados, no dia 11, pelo Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), a Internet estende-se agora a 28 por cento da população portuguesa.

Em igual período de 2000, o número total de clientes era de 1,3 milhões, valor que subiu, no primeiro trimestre de 2001, para os 2,5 milhões.

De acordo com o ICP, os acessos gratuitos são os principais responsáveis por este crescimento de 108,8 por cento num ano, já que 89 por cento do total (equivalente a 2,5 milhões de clientes) corresponde a esta modalidade comercial.

O ICP salvaguarda, contudo, que estes valores podem incluir situações em que um mesmo cliente possui mais do que um registo.

Os clientes individuais de acessos pagos eram, no final do segundo trimestre deste ano, 229 mil, contra 196 mil no final de 2000.



Avelino Ferreira Torres acusado de peculato e abuso de poder

O inenarrável autarca do CDS/PP Avelino Ferreira Torres, presidente da Câmara de Marco de Canaveses, que governa desde há vários anos de forma caciquista e autocrática, vai ser julgado por três crimes: peculato, peculato de uso e abuso de

poder. O despacho de pronúncia foi exarado na segunda-feira pelo Tribunal Judicial de Marco de Canaveses e confirma a acusação do Ministério Público, conhecida há cerca de um ano.

ORÇAMENTO DE CONVERGÊNCIA E COESÃO SOCIAL

À incerteza externa temos de saber contrapor a estabilidade interna e um forte empenhamento num programa que ligue a competitividade necessária e a justiça indispensável

Guilherme d'Oliveira Martins

O Governo do PS aprovou na passada quinta-feira a proposta de lei do Orçamento de Estado (OE) para 2002.

Trata-se do primeiro Orçamento do euro, que elege como prioridade a convergência real da economia portuguesa, colocando o acento tónico no rigor e na disciplina das finanças públicas, ao mesmo tempo que prossegue o desagravamento da tributação dos rendimentos do trabalho e de quem tem menores recursos e reforça a coesão social, num cenário macroeconómico marcado pela instabilidade internacional.

O primeiro-ministro, António Guterres, que tem vindo a afirmar a sua disponibilidade para dialogar com os partidos da oposição, com vista a gerar-se um consenso em torno da política orçamental para o próximo ano, encerrou no dia 16 as Jornadas Parlamentares do PS com uma intervenção na qual realçou a forte aposta em políticas sociais contida no documento.

Depois de em dois dias terem passado pelas Jornadas Parlamentares socialistas cinco ministros e um secretário de Estado para apresentarem as principais linhas da proposta orçamental do Governo para o próximo ano, o primeiro-ministro, na sua intervenção, apresentou o Orçamento de Estado de 2002 como uma «âncora de confiança» para o País, num momento de grande instabilidade internacional. O Orçamento, segundo Guterres, poupará as famílias e as empresas, tendo como principais sacrificados os ministérios do seu Governo. «Antes ter o Governo dificuldades do que as empresas e as famílias», disse, num discurso em que também garantiu que se a proposta do Governo for aprovada as pensões da generalidade dos portugueses estarão asseguradas «daqui a dez, 20 ou 30 anos».

Guterres aproveitou também a ocasião para negar que o seu Executivo tenha escapado como por milagre a uma situação de crise na economia na sequência da instabilidade internacional que se seguiu aos atentados terroristas nos Estados Unidos da América no dia 11 de Setembro.

Pelo contrário, na perspectiva de Guterres, até 11 de Setembro a economia portuguesa estava em recuperação, mas o ambiente de incerteza na cena internacional causou maiores dificuldades.

Por outro lado, no dia 11, no final de uma audiência com o Presidente da República, o primeiro-ministro, numa alusão indirecta ao sentido de responsabilidade das oposições,



advertiu que se o Orçamento de 2002 não for aprovado e o País se tornar politicamente instável, Portugal enfrentará «graves debilidades» num momento em que a situação internacional é complexa.

Numa advertência indirecta às forças políticas da oposição, Guterres sublinhou que «um país politicamente instável na situação actual do mundo terá naturalmente graves debilidades».

«Tenho uma serena confiança no sentido de responsabilidade e de Estado dos portugueses e dos diferentes partidos», acrescentou, manifestando-se optimista em relação à possibilidade de o Orçamento de Estado do próximo ano passar no Parlamento.

«Penso que o país estará perante um Orçamento de responsabilidade e de confiança», advogou o primeiro-ministro, antes de identificar como medidas responsáveis o combate «enérgico ao desperdício do Estado, através da imposição de um tecto de quatro por cento) para o crescimento da despesa corrente».

«É importante que o Estado preserve ao máximo as empresas e as famílias», acrescentou.

Como medidas de confiança presentes na proposta orçamental do Executivo, o primeiro-ministro referiu-se a um «aumento forte do investimento público» para o próximo ano, tendo em vista «sustentar o crescimento da economia».

Guterres defendeu ainda que existirá um aumento das despesas de carácter social, ao mesmo tempo que serão introduzidas medidas de melhoria da competitividade fiscal «para ajudar os mercados a gerarem mais riqueza».

Outra vertente da política orçamental, segundo o primeiro-ministro, passará por «um tenaz» combate à fraude e à evasão fiscais, designadamente ao nível dos paraísos fiscais. Entretanto, em entrevista ao programa «Grande Júri», da rádio TSF, António Guterres anunciou que o OE-2002 sobe de 56 para 57 por cento os investimentos na área social, mantendo-se a «contenção das despesas correntes» prevista pelo Governo no orçamento rectificativo.

O primeiro-ministro salientou que as famílias

com mais de três filhos e de áreas rurais terão isenções fiscais e anunciou a criação do «mecenato familiar», que dará benefícios fiscais de 150 por cento a quem apoiar famílias carenciadas.

Restabelecer a confiança na economia

António Guterres afirmou que uma das prioridades do Orçamento é «restabelecer a confiança» na economia, com um «apoio forte» ao investimento privado e criando um «período de transição» até fim de 2002 em que a tributação de mais-valias proposta na reforma fiscal será adiada.

Em circunstâncias de «instabilidade internacional», o Governo aposta até fim de 2002 na atracção de investimento privado para Portugal e depois entra em «regime de cruzeiro, mantendo todos os princípios da reforma fiscal, mas de uma forma mais simples e competitiva».

Guterres rejeita que a tributação às mais-valias tenha sido «um erro», conforme, recorde-se, a direita dos interesses tentou intoxicar os portugueses, afirmando que «as circunstâncias são hoje diferentes» e considerando vital que se adaptem as medidas a uma «conjuntura muito mais complexa».

António Guterres salientou que o Orçamento «é bom e merece passar», porque «cria condições para a recuperação económica» e a afirmação de Portugal, repetindo o apelo à «estabilidade» que considera recomendável nas «circunstâncias complexas» que o mundo atravessa.

Sobre a recomendação da Associação Empresarial Portuguesa que defende 150 mil despedimentos na Função Pública, numa lógica do mais puro capitalismo selvagem, o primeiro-ministro afirmou que o problema da Administração Pública «não se resolve com despedimentos».

A estratégia é aproveitar os funcionários que se vão reformando para fazer «reduções progressivas» nas áreas mais burocráticas, rejuvenescendo o pessoal e admitindo pessoas «mais qualificadas e eficazes».

Entretanto, no dia 15, o ministro das Finanças disse que o Orçamento para 2002 é um orçamento de rigor, coesão e de convergência real com a União Europeia.

Oliveira Martins, que falava na apresentação do OE-2002, disse que o crescimento nominal de quatro por cento das despesas correntes do Estado era «ponto de honra» e que «a disciplina, rigor e contenção da despesa pública passam por uma trajectória de médio prazo».

No texto de introdução ao diploma do Orçamento de Estado, o ministro Oliveira Martins refere que o abrandamento económico que se vinha sentindo mantém-se com riscos acrescidos, pois «os acontecimentos internacionais repercutem-se na economia nacional».

«Crescer mais e melhor, prestar boas contas, reforçar a ligação entre equidade e eficiência», são as intenções do Governo.

O objectivo é continuar uma política financeira à luz do Pacto de Estabilidade e Crescimento, «pondo em primeiro lugar o objectivo da convergência real da economia com os parceiros europeus, mas articulando sempre a consolidação das finanças públicas, a coesão e o bem-estar dos portugueses», explica o ministro das Finanças.

A política fiscal merece um comentário de Oliveira Martins, que refere que esta assenta na «continuação do desagravamento da tributação dos rendimentos do trabalho e no redobrar do esforço no sentido da eficiência e do combate à fraude e à revelia, designadamente quanto às «off-shores»». O Governo pretende também «a criação de condições concretas de competitividade fiscal, através de estímulo ao investimento e à criação de emprego, de incentivos ao crescimento do mercado de capitais e à promoção da atracção de capitais».

O Executivo vai limitar a tributação de mais-valias, no próximo ano, com o objectivo de aumentar a «competitividade fiscal e dinamizar o mercado de capitais», anunciou o Ministério das Finanças.

As medidas de «dinamização do mercado de capitais» estão incluídas no Orçamento do Estado (OE) para este ano, entregue no dia 15, na Assembleia da República.

O regime de tributação das mais-valias - alargado no anterior OE pelo antecessor de Guilherme d'Oliveira Martins - passa a ter um período transitório, até ao final de 2002, com uma taxa máxima de 10 por cento e isenção para valores adquiridos há mais de 12 meses. A simplificação e redução do regime de tributação das mais-valias, no regime transitório aplicável ao IRS, prevê, igualmente, uma isenção para as obrigações e outros instrumentos de dívida, bem como um prazo de cinco anos para a dedução das menos-valias.

Nesta altura, será introduzido o regime de englobamento em 50 por cento do saldo positivo entre mais e menos-valias, independentemente do período de detenção. A partir de 2003 será, igualmente, introduzido um sistema de retenção na fonte, da responsabilidade do intermediário financeiro.

O Orçamento de Estado para 2002 inclui ainda um regime de tributação para os «warrants» autónomos e instrumentos financeiros derivados negociados em bolsa (futuros e opções), que prevê uma «clarificação da tributação dos ganhos líquidos como mais-valias».

Os «warrants», futuros e opções serão tributados a uma taxa máxima de 10 por cento, com uma isenção para os instrumentos detidos por prazo superior a 12 meses.

Os derivados (futuros e opções) seguirão o regime previsto para a tributação de mais-valias em valores mobiliários, a partir de 2003. O novo OE prevê um regime de reinvestimento para as mais-valias resultantes da alienação de partes sociais «mais atractivo» que a anterior lei orçamental.

Assim, a taxa efectiva de tributação será de 16 por cento em 2001 e reduzida para 15 por cento em 2002, incidindo apenas sobre 50 por cento do saldo positivo.

O OE para 2002 pretende ainda «criar condições de atractividade para o mercado da dívida», com a redução da taxa de tributação ou isenção dos rendimentos (juros), auferidos por não-residentes, em obrigações emitidas

por empresas.

Quanto às mais-valias das obrigações, ficarão isentas de tributação até 1 de Janeiro de 2003, data a partir da qual passarão a ser englobados 50 por cento dos ganhos líquidos, sobre os quais incidirá uma taxa máxima de 20 por cento. Outra das medidas de política fiscal anunciadas pelo Governo diz respeito à «moralização e desburocratização do regime fiscal das zonas francas situadas em território nacional», através da «flexibilização e alargamento dos meios de prova da qualidade de não-residente».

A proposta prevê ainda, nesta matéria, «maior transparência e tratamento fiscal equitativo nas relações entre a casa mãe e respectivas filiais, no âmbito das operações efectuadas nas Zona Francas».

O Governo vai penalizar os particulares e empresas domiciliados em paraísos fiscais que tenham imóveis em Portugal, mas também quem contraia empréstimos para compra de habitação a instituições na mesma situação.

As primeiras medidas de política fiscal divulgadas pelo Ministério das Finanças e constantes do Orçamento do Estado (OE) para 2002 incluem seis disposições que pena-

lizam os particulares e entidades que recorram a «países, territórios ou regiões sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável».

O OE-2002 prevê o «afastamento da possibilidade de dedução à colecta do IRS dos juros e amortizações do financiamento à aquisição de imóveis destinados a habitação própria e permanente, quando sejam devidos a favor de entidades residentes em países, territórios ou regiões sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável».

Esta primeira medida torna impossível descontar no IRS os juros e as amortizações

de empréstimos para compra de habitação contraídos junto de instituições financeiras domiciliadas em paraísos fiscais.

Para as sociedades, defende-se a «fixação de uma renda mínima de 1/15 do valor patrimonial dos prédios» das sociedades sediadas «em países, territórios ou regiões sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável», assim como o «aumento para 2 por cento da taxa da Contribuição Autárquica» que incide sobre os imóveis das sociedades na mesma situação.

J. C. C. B.

GOP-2002 Ministra diz que é vital continuar a investir em Lisboa

A ministra do Planeamento considerou no dia 15 vital a necessidade de o Estado continuar a apoiar a região de Lisboa, colocando-a acima do Grande Porto em termos de dinâmica empresarial, recursos humanos e inovação.

As declarações de Elisa Ferreira foram proferidas no primeiro dia de Jornadas Parlamentares do PS, em Lisboa, onde apresentou as Grandes Opções do Plano para 2002.

Na parte final da sua extensa intervenção, a ministra do Planeamento deixou um recado às classes política e empresarial em geral, advertindo que «o território nacional tem de ser visto cada vez mais numa lógica de competitividade» e, como tal, «as reindicações de investimentos têm de tomar em linha de conta as condições de concorrência efectiva» de cada região, numa União Europeia que vai conhecer um alargamento a novos países.

Usando um estilo directo de discurso, a ministra considerou «uma asneira» o tipo de discurso que se insurge contra a continuidade dos investimentos estatais na Região de Lisboa e de Vale do Tejo, porque esta se trata da zona do País «mais competitiva».

«É vital para o País que a Região de Lisboa e Vale do Tejo continue a ser a mais competitiva, porque dela depende todo o território nacional», sublinhou, acrescentando que é esta a zona portuguesa onde existe maior capacidade de inovação e que melhores potencialidades dispõe para captar investimento estrangeiro.

«Lisboa tem de continuar a ser estrategicamente apoiada e as suas fragilidades têm de ser combatidas», sustentou a titular da pasta do Planeamento, antes de identificar como principal problema desta região «a dificuldade de circulação de pessoas e de mercadorias».

Depois, Elisa Ferreira reconheceu que a zona do Grande Porto e litoral Norte «também poderá vir a assumir-se como um pólo de atracção económica, porque tem uma grande dinâmica empresarial».

Só que, na perspectiva da titular da pasta do Equipamento, a dinâmica empresarial nortenha «tem ainda sérias fragilidades ao nível da qualidade do tecido empresarial e dos seus recursos humanos».

No seu discurso, a ministra do Planeamento falou ainda da necessidade de coesão territorial ao nível do desenvolvimento, para além dos aspectos de competitividade.

Neste contexto, Elisa Ferreira aconselhou os deputados socialistas a «valorizarem alguma obra já feita pelos governos» de António Guterres e que se traduziu numa moderada convergência real de alguns concelhos do interior face à média de crescimento nacional.

Esses resultados, que Elisa Ferreira disse estarem bem patentes nos censos de 2001, «foram consequência directa da abertura de acessibilidades, da implantação de estabelecimentos de ensino superior e médio em regiões do interior e da instalação de infra-estruturas como o gás natural».

A ministra do Planeamento salientou ainda as políticas do Governo para a concessão de incentivos fiscais a empresas que se estabeleçam no interior, as acções de base territorial (que cobrem a totalidade das zonas do interior do país) e o projecto do Alqueva, cuja barragem será inaugurada em Dezembro próximo.

OE-2002 Receitas fiscais crescem acima da economia puxadas por ISP, IRC e IVA

A taxa de crescimento das receitas fiscais deverá voltar a ser superior à da economia, no próximo ano.

O total de impostos a arrecadar pelo Estado, em 2002, deverá ser superior em 6,5 por cento à estimativa de execução deste ano, totalizando 5.737,3 milhões de contos, segundo a proposta de Orçamento de Estado (OE).

Face ao orçamentado para 2001, o crescimento é de 1,76 por cento.

Para cumprir os objectivos definidos, o Governo conta com o crescimento significativo de 8,5 por cento do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), para 460 milhões de contos.

«Ao nível das taxas do ISP, a manutenção de uma política de estabilidade dos preços de venda ao público dos principais produtos poderá determinar que as mesmas se mantenham inalteradas em 2002, caso não se inverta a tendência actual do mercado internacional do petróleo bruto», refere a proposta do Governo.

Segundo o ministro das Finanças, Guilherme d' Oliveira Martins, o Governo preparou o cenário da evolução das receitas de ISP com a premissa de o preço do barril de petróleo ser inferior a 25 dólares.

Os impostos directos vão crescer para um total de 2.505 mil milhões de contos, 5,7 por cento acima da estimativa de execução, mas apenas cerca de 90 milhões de contos acima dos 2.415 mil milhões de contos orçamentado para 2001.

«O valor da receita prevista tem como pressupostos a evolução do IRS nos últimos anos, o cenário macroeconómico previsto para o próximo ano e o impacto das medidas introduzidas no âmbito da reforma fiscal e OE 2001», refere a proposta do Governo.

O Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas (IRC) deverá crescer de 860 milhões de contos (estimativa de execução) para 907 milhões de contos em 2002, apesar da redução da taxa máxima do imposto para 30 por cento.

Este valor representa um crescimento de 5,5 por cento, face à execução, depois de se estimar uma quebra de 3,5 por cento no IRC para este ano.

Quanto aos impostos indirectos, o IVA e o Imposto de Selo registam os maiores crescimentos, de 7,5 e 7,6 por cento, respectivamente, face à execução de 2001.

Com uma receita global líquida de 1,972 mil milhões de contos prevista para 2002, o IVA é o segundo maior contribuinte para o total das receitas fiscais, a seguir ao IRS.

O OE para 2001 contava com receitas de IVA no valor de 1,936 mil milhões de contos.

Em relação ao Imposto Automóvel, que deverá render ao Estado 257 milhões de contos em 2002, as previsões do governo contam com uma desaceleração do volume de vendas, «bem como as perspectivas inerentes ao quadro evolutivo da economia portuguesa».

Previsão das Receitas Fiscais para 2002 (milhões de contos)

	2001 Estimativa	2001 Orçamento	2002 Orçamento
IRS	1.489	1.460	1.578
IRC	860	935	907
Outros	20	19,5	19,4
IMPDIRECTOS	2.370	2.415	2.505
ISP	424	460	460
IVA	1.835	1.936	1.972
IA	248	280	257
IT	214	234	224
Selo	224	233	241
Outros	70	78	76
IMPINDIRECTOS	3.015	3.222	3.231
TOTAL	5.386	5.638	5.737

POLÍTICA DE RIGOR

O Governo Socialista apresentou, no passado dia 15, o Orçamento de Estado para 2002 (OE-2002) à Assembleia da República. O documento demonstra uma preocupação especial nos investimentos na área da protecção social e evidencia alguma austeridade necessária face à preocupante actualidade internacional. O «Acção Socialista» sintetizou as principais inovações do OE-2002, agrupando-as pelos sectores vitais da vida nacional e da acção executiva.

JUSTIÇA Investimentos de 32 milhões

O Ministério da Justiça propõe-se investir cerca de 32 milhões de contos, de acordo com a proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano.

A despesa total proposta para o ministério eleva-se a cerca de 232,6 milhões de contos (1.162,7 milhões de euros), 77,7 por cento dos quais relativos a custos com pessoal. Na perspectiva do Governo, o OE-2002 incide «prioritariamente na continuação do desenvolvimento e implementação de políticas nas áreas judiciária, criminal e prevenção da delinquência, a par de outras medidas que decorrem da implementação das leis orgânicas dos organismos do Ministério da Justiça».

Como objectivos estratégicos a prosseguir, o Executivo socialista destaca a concretização da reforma da administração do sistema de justiça, e a introdução de instrumentos de inspecção da justiça, a introdução de mecanismos de auditoria de qualidade para o conjunto do sistema.

EDUCAÇÃO Mais acção social escolar

Os gastos do Ministério da Educação com pessoal vão aumentar sete por cento, em 2002.

O OE-2002 indica que 77,5 por cento das verbas da Educação destinam-se-ão a gastos com pessoal.

Os 1.453 mil milhões de contos de que o Ministério da Educação vai dispor em 2002 representam um aumento de quatro por cento face à estimativa de execução de 2001.

A despesa de funcionamento do Ministério da Educação vai crescer 4,1 por cento, para 1.303 mil milhões de contos.

Aos ensinos básico e secundário, o Governo destinou 942,9 milhões de contos, correspondendo a mais 37,3 milhões de contos, face à estimativa de execução de 2001.

Ao ensino de português no estrangeiro são atribuídos 8,3 milhões de contos, o que significa um acréscimo de 3,5 por cento, relativamente a 2001.

Os estabelecimentos do ensino superior receberão 209,4 milhões de contos, ou seja, mais 11,3 milhões do que em 2001.



A acção social escolar do ensino superior e não superior contará com 41,1 milhões de contos, mais 5,2 milhões de contos face ao ano passado.

SAÚDE Investimento destemido no SNS

O Ministério da Saúde propõe-se gastar, em 2002, 592 milhões de contos com funcionários efectivos, um aumento de quase dez por cento em relação ao corrente ano. De acordo com o documento, no conjunto do sector da Saúde, o Governo propõe-se gastar, em 2002, mais 5,6 por cento que no corrente ano.

Para o próximo ano, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) vai contar com um orçamento de 6213,5 milhões de euros (1.245 mil milhões de contos), segundo o OE-2002.

Os cuidados de saúde – recursos financeiros destinados ao SNS a gerir pelo Instituto de gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF) – têm uma previsão orçamental de 1.035 mil milhões de contos (5.162,6 milhões de euros), mais 45 milhões de contos que em 2001.

De acordo com o relatório do OE, o orçamento do SNS irá contemplar várias áreas de actuação, entre as quais os Institutos de Luta Contra o Cancro, com 24,1 milhões de contos, e os serviços psiquiátricos, que terão 11,5 milhões de contos.

Ambiente e Ordenamento do Território
Autarquias com mais competências e verbas
A Administração Local receberá, em 2002, mais 11 por cento de verbas do que este ano, para cobrir o aumento das competências, segundo a proposta de Orçamento de Estado.

A proposta prevê que o Ministério do Ambiente e Administração do Território transfira para as autarquias cerca de 462 milhões de contos (2.305,8 milhões de euros), em 2002, mais 46 milhões de contos que os 416 milhões estimados para este ano.

O acréscimo das transferências para as entidades explica o aumento de 10,1 por cento das despesas totais propostas para o ministério no próximo ano, que ascendem a 533 milhões de contos, contra 485 milhões este ano.

REFORMA DO ESTADO Mudança com orçamento de rigor

O sector da Reforma do Estado e da Administração Pública conta com uma dotação de nove milhões de contos (44,6 milhões de euros), no Orçamento de Estado para 2002.

O corte de 1,4 milhões de contos é possível, segundo a proposta governamental, devido à diminuição das despesas de funcionamento, decorrente da redução de pessoal efectivo.

Do total, 380 mil contos (1,9 milhões de euros), destinam-se à realização de auditorias de gestão e 3,5 milhões de contos (17,7 milhões de euros) ao Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão.

O Executivo socialista pretende abrir, em 2002, três Lojas do Cidadão e novos postos de atendimento.

As despesas com o pessoal somam quatro milhões de contos (20 milhões de euros), contando o ministério com 599 efectivos em Julho passado.

AGRICULTURA Poupança de 4,6 por cento

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento

Rural e Pescas vai gastar, em 2002, menos 4,6 por cento que em 2001, com a despesa total a ficar nos 2.280 milhões de euros (457 milhões de contos).

Entre as descidas que caracterizam todos os pontos da despesa consolidada do ministério, aparece somente uma subida, respeitante aos investimentos do Plano, com mais 2,9 por cento face ao indicado para 2001, para 360,5 milhões de euros (62,3 milhões de contos).

A proposta de OE-2002 refere, também, que, da despesa total consolidada por agrupamentos económicos, os subsídios têm um peso relativo de 39,7 por cento, as transferências de 35,6 por cento e os encargos com o pessoal 12,2 por cento.

As áreas do ministério beneficiam ainda de cerca de 127,5 milhões de euros (25,6 milhões de contos) de dotações inscritas no Ministério das Finanças e no Ministério da Defesa Nacional.

No financiamento das acções previstas para o Ministério da Agricultura, as transferências comunitárias contribuem com 62,4 por cento, o OE com 28,6 por cento e as receitas próprias nove por cento.

PLANEAMENTO Cortes de 12,1 por cento

A dotação de 39.835 milhões de contos para o Ministério do Planeamento representa uma quebra de 12,1 por cento face à estimativa de execução deste ano.

A maior falta do dinheiro do Planeamento vai para os Investimentos do Plano que, no entanto, sofre uma redução de 25,9 por cento face à estimativa de execução e de 33,2 por cento em relação ao OE-2001.

A dotação para os Investimentos do Plano – que representa 61,1 por cento da despesa total consolidada do ministério – inclui 10,3

milhões de contos para o Programa Operacional Regional, 4,9 milhões de contos para as Iniciativas de Desenvolvimento Local e empresárias, e 3,7 milhões de contos para as Acções de Desenvolvimento.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE Reforma da Segurança Social com reforço de verbas

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade é o principal beneficiado na proposta de Orçamento do Estado para 2002, com um reforço de verbas de 45,5 por cento face a este ano, devido à reforma da Segurança Social.

De acordo com a proposta de OE, a nova Lei de Bases da Segurança Social vai custar ao Estado, em 2002, mais 162 milhões de contos que este ano, um acréscimo de um terço.

Com efeito, o financiamento da nova Lei de Bases vai obrigar à transferência para a Segurança Social, no próximo ano, de 664 milhões de contos (3.312,3 milhões de euros), contra 502,3 milhões de contos (cerca de 2.505 milhões de euros), no ano em curso, mais 32,2 por cento.

Segundo o OE, o Ministério do Trabalho e Solidariedade terá uma dotação de 1.073 milhões de contos (5.363,5 milhões de euros), contra os 739 milhões de contos (3.686,7 milhões de euros) que deverão ser efectivamente gastos no ano em curso.

Assim, da despesa total consolidada proposta para o ministério, 61,8 por cento respeitam ao financiamento da Segurança Social (regimes não contributivos) e 35,4 por cento aos organismos autónomos, lê-se no relatório do OE-2002.

Em síntese e por rubricas, as despesas com pessoal representam 4,2 por cento do OE proposto para o ministério, com 45,3 milhões de contos, o apoio financeiro à Segurança Social 61,8 por cento, com 664 milhões de contos, os investimentos 2,3 por cento, com 24,3 milhões de contos, e as transferências de capital 18,9 por cento, com 203,1 milhões de contos.

ECONOMIA Ministério vai gastar menos um terço

O Ministério da Economia vai gastar, no próximo ano, menos cerca de um terço do que deverá gastar em 2001.

A despesa total consolidada deste sector deverá cair 33,5 por cento, em 2002, para 218,44 milhões de contos (1.089 milhões de euros).

Dos 204,93 milhões de contos (1022 milhões de euros) destinados aos Serviços e Fundos Autónomos, a maior fatia continua a pertencer Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), entidade que terá 140,49 milhões de contos (700,8 milhões de euros) para gerir.

No entanto, este valor representa um decréscimo de 35,4 por cento face à estimativa de execução para 2001, sendo este o organismo mais penalizado.

Os incentivos aos sectores produtivos representam 46,2 por cento da despesa total do ministério, para 2002, com 100,82 milhões de contos (502,9 milhões de euros), dos quais 59 por cento são destinados ao



IAPMEI, para apoio ao sector industrial. Os incentivos ao comércio e ao turismo estarão a cargo do ICEP e do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA Investimentos crescem 20 por cento

O Executivo propõe-se gastar, no próximo ano, mais cerca de 20 por cento no desenvolvimento científico e tecnológico do País, o equivalente a um acréscimo de 12 milhões de contos no orçamento do ministério do sector.

A proposta de Orçamento do Estado para 2002 fixa a despesa total consolidada do Ministério da Ciência e Tecnologia em 78,3 milhões de contos (390,8 milhões de euros), mais 19,1 por cento face à estimativa de execução dos gastos públicos do sector no ano em curso.

Reforçar a cooperação internacional em Ciência e Tecnologia e a formação dos cidadãos em tecnologias de informação e comunicação (TIC) são algumas das apostas do Governo para 2002.

A maior variação em relação a 2001 centra-se nos Investimentos do Plano (mais 65,1 por cento), destinados a financiar projectos de investigação e formação em todos os domínios científicos e a dinamizar a Sociedade de Informação.

A criação de uma nova rede de alta velocidade para fins científicos é outra das prioridades para 2002, uma medida a levar a cabo pelos Serviços e Fundos Autónomos, que se reflecte também no seu crescimento (15,1 por cento).

DEFESA Contas racionalizadas para as Forças Armadas

O Orçamento do Estado para 2002 reduz em 34,2 milhões de contos (171 milhões de euros) as despesas com a Defesa, um exercício de austeridade orçamental que abrange todos os ramos das Forças Armadas (FA), em especial o Exército.

Nas contas do Estado para 2002, a Defesa aparece com uma «variação negativa» de 8,9 por cento relativamente ao Orçamento ainda em vigor.

Este decréscimo é explicável, de acordo com

a proposta de OE, com o facto de o montante orçamentado para a Lei de Programação Militar (LPM), «da ordem dos 175,5 milhões de euros» (35,1 milhões de contos), figurar já no saldo das contas de 2001, inflacionando-as artificialmente.

Para incentivar o voluntariado nas Forças Armadas foram inscritos quatro milhões de contos (20 milhões de euros).

No preâmbulo das contas previstas para a área da Defesa, o Governo explica que o Orçamento reflecte uma necessidade de «racionalizar processos» e os «recursos que lhe estão afectos», em especial no que diz respeito às «infra-estruturas fixas disponíveis».

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS Continuidade com menos gastos

Portugal vai manter, em 2002, a mesma política externa, seguindo orientações já definidas quer na área da diplomacia quer na da cooperação, mas disporá de menos dinheiro para o fazer.

Segundo o Orçamento do Estado para o próximo ano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros poderá gastar menos cerca de 1,5 milhões de contos do que este ano.

A despesa total prevista para o ministério é de 80,5 milhões de contos (402,6 milhões de euros), menos 1,8 por cento comparativamente aos 82 milhões de contos (409,9 milhões de euros) deste ano. Os encargos com os 3.953 efectivos dos Negócios Estrangeiros (dados de Julho deste ano) ascenderão a 34,3 milhões de contos (171,5 milhões de euros) – 42,6 por cento das despesas totais do ministério –, um pouco menos do que os 34,9 milhões de contos (174,5 milhões de euros) deste ano.

Dividida em quatro grandes áreas, a política do ministério, de acordo com a proposta de OE-2002, prevê a «Defesa e Promoção «Cooperação» e «Comunidade Portuguesa».

DESPORTO Euro-2004 sobressai no orçamento

A preparação do Campeonato Europeu de 2004 está na base de um crescimento de 38,5 por cento no OE do Instituto Nacional

do Desporto (IND) para o próximo ano, prevendo o Executivo transferir para aquele organismo 123,1 milhões de euros (24,7 milhões de contos).

A verba para o apoio à Alta Competição é de 13,3 milhões de euros (2,6 milhões de contos) e para a intervenção em infra-estruturas desportivas serão canalizados 33,2 milhões de euros (6,6 milhões de contos), essencialmente para satisfazer compromissos decorrentes de contratos-programa com as autarquias.

Além do IND, são ainda de destacar as dotações de 5,5 milhões de euros (1,1 milhões de contos) para o Centro de Estudos e Formação Desportiva, em quebra de 3,5 por cento, e de 11,1 milhões (2,2 milhões de contos) para o Complexo de Apoio às Actividades Desportivas – ou seja os complexos do Jamor e Lamego –, o que representa uma subida de 33,7 face ao OE para 2001.

CULTURA Aumento do investimento

O Orçamento de Estado do Ministério da Cultura, em 2002, é de 61 milhões de contos (305,6 milhões de euros).

Segundo a «política de rigor orçamental», verifica-se crescimento no investimento público (22,1 por cento), mas reduzem-se as despesas de funcionamento.

Estão inscritas no OE para a Cultura verbas especiais para o Centro Cultural de Belém no valor de 1,7 milhões de contos (8,5 milhões de euros), para o Observatório das Actividades Culturais, cerca de 49 mil contos (244 mil euros), e para as Orquestras Regionais, de aproximadamente 240 mil contos (1,2 milhões de euros).

Para a Casa da Música do Porto está consagrada uma verba de 200 mil contos (997,6 mil euros) e do orçamento da Delegação Regional do Centro sairão 70 mil contos (349,2 mil euros) para a iniciativa «Coimbra – Capital Nacional da Cultura 2003». O Porte Pago e outros apoios à Comunicação Social contarão com dotações no valor de 1,7 milhões de contos (8,7 milhões de euros).

FINANÇAS Escalaões do IRS actualizados

Os escalaões do IRS para vigorar no próximo ano vão ser actualizados em 2,75 por cento, valor idêntico ao do valor médio esperado para a inflação, segundo a proposta de Orçamento de Estado.

As taxas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares não vão sofrer alterações.

O Estado vai ter 130 milhões de contos (650 milhões de euros) com as operações de privatização previstas para o próximo ano. No calendário de privatizações estão agendadas a oferta pública inicial da Galp-Energia, cujo montante a ser vendido ainda não está definido, a alienação de parte do capital da transportadora aérea TAP e 25 por cento do capital da Portucel.

Segundo as contas do Ministério das Finanças, os aumentos de capitais de empresas públicas deverão cifrar-se, em 2002, em 289 milhões de contos (1.444 milhões de euros).

COMPETITIVIDADE E JUSTIÇA

"It is common sense to take a method and try it"

F. D. Roosevelt
Maio de 1932

Perante a instabilidade internacional devemos tirar as devidas consequências. O abrandamento económico, que se vinha sentindo antes de 11 de Setembro, acentuou-se. Os acontecimentos internacionais devem ser lidos como *oportunidades* e como estímulos, para assumirmos um caminho de *convergência real* com os nossos parceiros europeus e para ligarmos a consolidação de médio prazo das finanças públicas à modernização das Administrações Públicas, contrariando um centralismo atávico e resistências a uma cultura de avaliação e de responsabilidade.

Crescer mais e melhor, prestar boas contas, reforçar a ligação entre *equidade e eficiência* - eis o que tem de ser posto em prática, com persistência, trabalho, rigor e coesão social. Temos potencialidades a aproveitar e a aprofundar. Daí a importância de ligar mais e melhor *investimento público*, uma das grandes apostas para 2002, a uma preocupação acrescida e dinâmica com a competitividade, perante os nossos parceiros e concorrentes. Temos, assim, de estar aptos a mobilizar todas as energias disponíveis para criarmos mais e melhor *emprego*, para alargar a influência das nossas *empresas*, para apostar na *qualificação das pessoas* e na *produtividade* e para assumirmos o *domínio estratégico* da nossa economia.

O Orçamento para 2002 consagra uma política financeira assente numa leitura muito rigorosa (com previsões muito cautelosas e realistas) e virada para o futuro do *Pacto de Estabilidade e Crescimento*, pondo em primeiro lugar o objectivo de *convergência real* da economia portuguesa com os parceiros europeus - articulando a consolidação das finanças públicas com um esforço concreto visando a *coesão* e o *bem-estar* dos portugueses. Eis porque o Parlamento é chamado a um especial esforço no sentido de encontrar um consenso responsável e reformador em torno deste plano financeiro. À incerteza externa temos de saber contrapor a estabilidade interna e um forte empenhamento num programa que ligue a competitividade necessária e a justiça indispensável. A consciência social, a concertação estratégica, a segurança dos cidadãos e o combate à exclusão têm de ter expressão prática ao lado do rigor e da disciplina nas finanças públicas, bem expresso no esforço colectivo de sustentabilidade financeira da Segurança Social e de regularização do Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, a *política fiscal* prossegue no sentido do *desagravamento* da tributação dos rendimentos do trabalho e de quem tem



Competitividade e justiça são faces de uma mesma moeda - pois precisamos de aumentar a base da nossa tributação para tornarmos o sistema mais equitativo e mais redistributivo, na linha social-democrata e de centro esquerda, e para podermos desagrar de modo consistente os rendimentos do trabalho e os recursos mais baixos.

menores recursos, bem como no redobrar do esforço no sentido da eficiência tributária e do *combate à fraude e à evasão*, designadamente quanto aos *off-shores*, e na criação de condições concretas de *competitividade fiscal*, através do estímulo ao investimento e à criação de riqueza e de emprego, do incentivo ao crescimento do mercado de capitais e à promoção da atracção de investimento estrangeiro à economia portuguesa. Não se trata, pois,

de recuar, mas de tirar as lições, designadamente perante as circunstâncias que mudaram, e de assumir uma agenda positiva e dinâmica. Numa conjuntura de abrandamento devemos atrair capitais aptos a criar riqueza estável, combatendo a fraude e a especulação. É a prioridade à convergência real, à criação de emprego e à capacidade de atracção da nossa economia que está em causa.

Competitividade e justiça são faces de uma mesma moeda - pois precisamos de aumentar a base da nossa tributação para tornarmos o sistema mais equitativo e mais redistributivo, na linha social-democrata e de centro esquerda, e para podermos desagrar de modo consistente os rendimentos do trabalho e os recursos mais baixos.

Mas se este Orçamento deve ainda ser encarado como um instrumento para mobilizar o País, tem de constituir-se num factor positivo capaz de lançar um impulso reformador: (i) *no completar da reforma orçamental* - designadamente através da criação indispensável, que o Pacto de Estabilidade e Crescimento exige, de uma coordenação entre a Administração Central, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais, no sentido do cumprimento dos limites e da disciplina a que estamos obrigados; (ii) *no garantir do rigor, da coerência, da transparência e da flexibilidade na gestão orçamental* nos diferentes subsectores da economia pública -

privilegiando a salvaguarda das obrigações para com as gerações futuras, dando maior peso às despesas de investimento no poder local e descentralizando melhor, no sentido de maior solidariedade nacional; (iii) no prosseguimento da *reforma do património do Estado* já delineada em 1999; (iv) na *ligação efectiva entre consolidação das finanças públicas e reforma do Estado* - com passos necessários em ordem à eficiência, à produtividade, à qualidade da despesa e à avaliação; (v) na exigência de *mudanças estabilizadoras na fiscalidade*, no sentido da simplificação e da certeza - desde os consensos necessários na tributação do património à simplificação do imposto sobre o rendimento, passando pela luta contra a corrupção, pelos acordos de dupla tributação e pela troca de informações internacionais, em nome da estabilidade de políticas, de planos e de critérios.

Um *Orçamento para a confiança* exige acção e reformas exigentes e gradualistas, estudadas e preparadas com tempo, capazes de mobilizar e de reforçar as capacidades da economia portuguesa - eis o que propomos, para que os portugueses respondam positivamente à incerteza com *estabilidade e sentido de responsabilidade*. É este o caminho que temos de prosseguir, olhando para diante, tornando o primeiro *Orçamento do Euro*, um Orçamento de convergência, de justiça e de competitividade - *para Portugal*.

In -Diário de Notícias-, 16-10-2001

ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA

Prioridade: requalificação das zonas ribeirinhas

O secretário de Estado da Administração Marítima, José Junqueiro, garantiu, no dia 11, que a requalificação das frentes ribeirinhas constitui uma das prioridades do Governo para todo o País.

Falando em Ferragudo, Lagoa, no final da inauguração da obra de recuperação do passeio marginal e muro cais do Portinho local, o governante sublinhou que o equilíbrio ambiental conseguido através da requalificação das zonas ribeirinhas aproxima as populações e proporciona desfrutar a natureza.

O muro e cais de Ferragudo inaugurado é constituído por três secções distintas, a primeira, que inclui uma rampa varadouro e a segunda por um muro em betão.

A intervenção feita, segundo o Instituto Marítimo Portuário (IMP), consistiu na pré-fabricação de aduelas, cujo interior é totalmente betonado, colocadas após dragagens das areias e lodos, sobre uma cama de enrocamento, sendo depois toda a muralha betonada.

Orçados em cerca de 89 mil contos, os trabalhos foram aproveitados pela Câmara de Lagoa para proceder ao arranjo paisagístico, que consistiu na repavimentação de toda a zona envolvente, colocação de iluminação pública, palmeiras, bem como mobiliário urbano.



taxa de penetração da Internet em espaços públicos é quase coincidente com a taxa de utilização em casa», salientou.

Para Mariano Gago, a diferença está no nível de vida, na possibilidade de grande parte da população ter ou não computador em casa e no facto de ter que pagar as ligações.

«As políticas públicas que incidam sobre as escolas, os locais públicos, como são os Espaços Internet e as bibliotecas, são absolutamente essenciais», concluiu.

Os Espaços Internet, cujo horário é alargado, contam com a presença de monitores, que «podem ajudar quem não sabe ou quem sabe pouco sobre a Internet».

COMÉRCIO

Novas regras de licenciamento para super e hipermercados

O licenciamento de novos super e hipermercados poderá passar a privilegiar a quota regional, em detrimento da nacional, defendeu, no dia 11, o secretário de Estado do Comércio, que anunciou uma revisão da legislação.

As autorizações de abertura destas unidades comerciais são concedidas em função do preenchimento de uma quota nacional (35 por cento) do volume de negócios do comércio.

Reconhecendo que a quota de mercado a nível nacional, de 35 por cento destinada às unidades comerciais de dimensão relevante, se encontra esgotada no ramo alimentar e misto (super e hipermercados), Ribeiro Mendes afirmou que, «no entanto, há ainda regiões com défice de oferta».

«Por isso, estamos abertos ao abandono da quota nacional e à primazia da quota regional», de 45 por cento, referiu, acrescentando que a revisão da legislação é um processo «aberto ao diálogo com as estruturas associativas e empresariais do sector».

«Não há nenhum facto consumado», garantiu o secretário de Estado, que defendeu ainda como «ponto a rever» os licenciamentos concedidos, mas que não são concretizados pelos distribuidores.

«Na actual lei está previsto um prazo» para que as unidades comerciais licenciadas sejam criadas, mas «a maior parte das vezes é prorrogado», admitiu Ribeiro Mendes, sublinhando que «este é um ponto que tem que ser revisto».

Para Ribeiro Mendes, o «esgotamento da quota é a expressão visível de que a própria lei se encontra esgotada, em termos de grande quadro regulador», daí que, o Executivo tenha optado por rever a legislação.

AMBIENTE

Cinquenta milhões para racionalização de água

O Executivo do PS vai investir 50 milhões de contos na aplicação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, que prevê um aumento das penalizações para os utilizadores que mais consomem.

De acordo com o ministro do Ambiente, José Sócrates, o programa pretende ser «um primeiro passo para a aplicação do Plano Nacional da Água».

Sócrates anunciou, em conferência de Imprensa, que o Plano Nacional da Água, apreciado na passada segunda-feira positivamente pelo CNA, será aprovado em Conselho de Ministros até ao final deste ano.

O Conselho Nacional da Água apreciou favoravelmente este Plano Nacional do sector, mas aconselha uma «revisão imediata» do documento, que permita superar algumas «lacunas». O ministro José Sócrates explicou que essas alterações foram já introduzidas na versão final do plano que seguirá para Conselho de Ministros.

Em relação ao Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, Sócrates destacou a «importância» de promover um uso racional da água, sem alterar os padrões de qualidade de vida.



FINANÇAS

Um sistema fiscal «melhor que o espanhol»

O ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, anunciou, na passada quinta-feira, a aprovação por parte do Executivo socialista da proposta do Orçamento de Estado (OE) para 2002.

O OE contém propostas para um sistema fiscal «melhor que o espanhol», em termos de tributação das mais-valias bolsistas e os portugueses podem esperar alterações a esse nível, tanto para pessoas singulares como colectivas, não se esperando discriminações em termos de entidades (*holdings* ou empresas).

Este é um orçamento que «aposta fortemente no investimento», salientou Oliveira Martins.

O ministro garantiu ainda que o OE-2002 vai cumprir o tecto de crescimento das despesas correntes primárias (quatro por cento), embora se tenha recusado a comentar os aumentos salariais reivindicados pelos sindicatos.

«É prematuro fazer considerações sobre essa matéria», disse.

O Governo mantém como meta o objectivo do programa de estabilidade e crescimento, mas deve ter em conta «a evolução da conjuntura internacional».

Ou seja, o Executivo não questiona a meta do equilíbrio orçamental das contas públicas em 2004.

Este Orçamento surge como «resposta à instabilidade internacional», frisou Oliveira Martins, e visa «preservar o emprego, o futuro das empresas e dos cidadãos».



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Internet: 115 novos espaços públicos para acesso

O ministro da Ciência e da Tecnologia afirmou no dia 12, no Porto, que o Executivo já aprovou a criação de 115 Espaços Internet no País, uma medida cujo investimento ultrapassa os seis milhões de contos (30 milhões de euros).

Mariano Gago, que falava na abertura da iniciativa «Porto Cidade Tecnológica 2001», estimou que mais de metade destes espaços, onde o uso da Internet é gratuito, estejam abertos até ao final do ano.

Segundo o ministro, é objectivo deste Governo instalar, pelo menos, um Espaço Internet em cada município do País, e «muitos» em grandes municípios.

A criação destes espaços é, para Mariano Gago, «uma medida essencial para generalizar o uso da Internet em Portugal».

«A explosão (do uso da Internet) foi muito grande, com uma fortíssima participação das autarquias», disse, acrescentando que a taxa de utilização da rede mundial em Portugal situa-se nos 30 por cento.

Salientou, contudo, que «metade dessa utilização depende dos espaços públicos, de locais de estudo ou de trabalho».

«O perfil de Portugal é completamente diferente, por exemplo, do da Finlândia, onde a



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Timor-Leste na base do Nobel da Paz

Timor-Leste foi um dos casos de sucesso das Nações Unidas na última década, para o qual contribuiu decisivamente Kofi Annan, e é um *dossier* que está também «fortemente na base do actual prémio» Nobel da Paz.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, numa declaração à Imprensa, comentava assim a atribuição do prémio Nobel da Paz deste ano às Nações Unidas e ao seu secretário-geral, Kofi Annan. «É para nós importante constatar que Timor-Leste foi uma temática que não só distinguiu Ximenes Belo e Ramos-Horta como agora Kofi Annan e a própria ONU, fazendo-os alcançar o Nobel da Paz», afirmou Gama. Para o ministro, a ONU, com Kofi Annan, transformou-se numa entidade altamente credível (depois das reformas impulsionadas pelo actual secretário-geral) e hoje tem um papel «muito responsável e com forte legitimidade na vida internacional».

Jaime Gama recordou as relações de trabalho que manteve com Kofi Annan, em particular aquando das negociações sobre Timor-Leste, altura em que verificou tratar-se de «uma personalidade de grande envergadura, muito consciente do direito dos povos à sua dignidade e também dos valores democráticos fundamentais».

«É um grande africano, que se transformou num alto responsável internacional e que dignifica o continente em que nasceu e toda a humanidade», frisou.



SAÚDE

Ministro garante que não haverá cortes orçamentais

O ministro da Saúde, Correia de Campos, afirmou, no dia 12, em Santo Tirso, que não haverá cortes no sector da Saúde do Orçamento de Estado.

«Vamos é gastar melhor», garantiu o ministro, que falava aos jornalistas à margem da cerimónia de inauguração do Centro de Saúde de Santo Tirso, a que presidiu.

«O que faremos é tratar de melhorar a qualidade da prescrição, melhorar os recursos humanos, controlar e rentabilizar o trabalho extraordinário e apostar na qualidade da terapia hospitalar, que pretendemos seja mais inovadora, mas simultaneamente mais controlada, e mais sóbria», afirmou Correia de Campos.

Relativamente à preparação de Portugal face a um ataque com agentes bacteriológicos, o ministro afirmou que o ministério já tomou medidas a este respeito.

«Estamos atentos, somos conhecedores da situação e estamos vigilantes», disse Correia de Campos, sublinhando que «não há razão para alarmismos».

«A primeira coisa que o cidadão deve fazer se sentir algum sintoma estranho é ir ao médico e a primeira coisa que um médico deve fazer caso se veja face a uma doença que não conhece é comunicar imediatamente o caso às autoridades competentes do sistema de saúde», acrescentou o governante.



TECNOLOGIA E REFORMA DO ESTADO

Incentivos a tecnologias livres no «Porto Cidade Tecnológica»

Os possuidores de computador pessoal puderam instalar gratuitamente o sistema operativo GNU/Linux, na passada sexta-feira, no Porto, conforme uma fonte da organização do «Porto Cidade Tecnológica 2001».

A instalação gratuita fez parte daquela iniciativa, que decorreu no Mercado Ferreira Borges, com a presença de dois ministros, Mariano Gago (Ciência e Tecnologia) e Alberto Martins (Reforma do Estado e da Administração Pública), que assim deram a sua caução à divulgação das tecnologias livres e sistemas informáticos alternativos como o GNU/Linux.

«Basta trazer o PC, o teclado e um rato, o monitor pode ficar em casa», disse a mesma fonte, acrescentando que este sistema operativo pode coexistir perfeitamente com o Microsoft Windows no disco duro do PC, embora só possa ser utilizado um de cada vez.

Ao abrir o computador, o utilizador tem que optar por usar o Windows ou o Linux, em cada sessão.

O «Porto Cidade Tecnológica», que se realizou pela segunda vez, destinou-se a todos os utilizadores de informática, desde os meios empresariais e científicos até aos juvenis, e visou alertá-los para as vantagens do chamado *software* livre, como o GNU/Linux.



TRABALHO E FORMAÇÃO

Resposta imediata a desemprego conjuntural

O aumento do desemprego registado, em Setembro, deve-se a um «fenómeno localizado e conjuntural» e já tem resposta preparada, afirmou, no dia 12, o secretário de Estado do Trabalho e Formação.

O número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) subiu 0,2 por cento, para 317.644 pessoas, em Setembro face a igual mês do ano passado, pondo fim a 56 meses de quebra consecutiva.

Esta subida homóloga (face a igual mês do ano transacto) é, no entanto, explicado pelo aumento do número de professores inscritos nos centros de emprego.

O aumento de 0,2 por cento representa um acréscimo de 713 pessoas, face ao número de registos de Setembro de 2000, mas durante o mês de Setembro, o número de inscrições dos «docentes do ensino secundário, superior e profissionais similares» e aos «profissionais de nível intermédio do ensino» (que inclui os professores do ensino básico, educadores de infância e de educação especial) foi superior em 4737 ao verificado em igual período do ano passado.

António Dornelas considerou, por isso, que o aumento do número de desempregados registados traduz um «fenómeno localizado [em dois grupos específicos] e conjuntural [por estarmos no início do ano lectivo]», recusando uma inversão da tendência.

O desemprego registado caiu por 56 meses consecutivos, até Agosto.

Para responder à situação registada em Setembro, o IEFP vai convocar todos os licenciados e bacharéis inscritos nos centros de emprego e criar mil estágios adicionais.

Esta «resposta à conjuntura do mercado de trabalho» passa, também, segundo o governante, por dar prioridade a licenciados e bacharéis no acesso aos lugares disponíveis nos programas de aprendizagem e formação de formadores, por exemplo.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 11 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- As Grandes Opções do Plano para 2002;
- O Orçamento de Estado para 2002;
- Um decreto-lei que estabelece o quadro genérico do financiamento do sistema de solidariedade e segurança social;
- Um decreto-lei que estabelece as normas de regulamentação necessárias à boa execução das medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade;
- Um decreto-lei que estabelece as normas de regulamentação necessárias à boa execução do Fundo Especial para a Fixação das Actividades Económicas;
- Uma proposta de lei que estabelece os objectivos e princípios orientadores da política nacional de prevenção primária do consumo de drogas e das toxicodependências e define os respectivos programas;
- Um decreto-lei que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social;
- Um decreto-lei que estabelece o novo quadro legal para a aplicação do Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis;
- Um decreto-lei que regula os efeitos da licença especial concedida a militares das Forças Armadas para o exercício de mandatos electivos, nos termos do artigo 31º F da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Um decreto-lei que estabelece as regras relativas às normas de eficiência energética para balastos de fontes de iluminação fluorescente, transpondo para o direito interno a respectiva directiva comunitária;
- Um diploma que altera o decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a legislação europeia que estabelece um regime de segurança harmonizado para os navios de pesca de comprimento igual ou superior a 24 metros;
- Uma resolução que ratifica parcialmente uma alteração ao Plano Director Municipal da Batalha.



OPERACIONALIZAR FIXAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O Governo decidiu, no dia 11, estabelecer que estabelecer as normas de regulamentação necessárias à boa execução do Fundo Especial para a Fixação das Actividades Económicas.

A Comissão Europeia após ter examinado o regime de auxílios constante na Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, decidiu não levantar objecções à sua execução, por considerar que estes são compatíveis com o mercado comum.

Neste contexto, este o diploma aprovado quinta-feira em Conselho de Ministros vem definir as regras necessárias à operacionalização do Fundo Especial para a Fixação das Actividades Económicas, o qual se destina à bonificação de uma taxa de juro nos empréstimos contraídos por municípios, associações de municípios, empresas municipais ou intermunicipais para o financiamento de projectos de infra-estruturas municipais e supramunicipais, incluindo projectos de requalificação de áreas de implantação empresarial já existentes, que visem criar condições de acolhimento e implantação de actividades empresariais nas áreas territoriais identificadas na portaria supracitada.

A bonificação de juros corresponderá a 75 por cento da taxa de juro e os empréstimos poderão ser contratados por um período de 15 anos, não contando os respectivos montantes para os limites de endividamento dos municípios estabelecido na Lei das Finanças Locais.

De modo a garantir uma efectiva contribuição



para a recuperação acelerada das áreas de interior, o diploma define ainda que apenas são susceptíveis de bonificação os empréstimos que se destinem ao financiamento de:

- projectos que demonstrem capacidade de atracção de investimento empresarial e que potencializem dinâmicas económicas já

reveladas;

- projectos de requalificação de zonas empresariais existentes que visem a melhoria das condições de acolhimento empresarial, o seu ordenamento e a sua competitividade;

- projectos que visem o cumprimento dos requisitos definidos para a constituição de Áreas de Localização Empresarial nos termos

do decreto-lei n.º 46/2001, de 19 de Fevereiro;

- projectos que demonstrem capacidade efectiva de gestão das zonas de implantação empresarial a criar ou a requalificar;

- projectos que demonstrem capacidade de promoção activa das condições de acolhimento empresarial junto de investidores com perfil adequado.

É ainda determinado que a bonificação de juros fica sujeita à celebração de um protocolo entre as Comissões de Coordenação Regional e as instituições de crédito autorizadas a exercer a sua actividade em território nacional, de modo a garantir a existência de parâmetros mínimos comuns para todos os empréstimos que venham a beneficiar de bonificação de juros. Por último, o diploma dispõe sobre a tramitação das candidaturas, bem como sobre o processo de apreciação, competindo às Comissões de Coordenação Regional apreciar as candidaturas e submeter ao ministro do Planeamento uma proposta de decisão devidamente fundamentada com base nas condições de acesso e nos critérios de selecção estabelecidos. Caberá ao titular da pasta do Planeamento aprovar as candidaturas tendo em consideração, nomeadamente, uma repartição espacial equilibrada das verbas afectas ao Fundo Especial para a Fixação das Actividades Económicas e o contributo do projecto para a recuperação acelerada das zonas com problemas de interioridade. O fundo é criado com um montante de 9.975.958 euros, o que corresponde a dois mil milhões de escudos.

RESPONDER ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 11, um decreto-lei que estabelece o quadro genérico do financiamento do sistema de solidariedade e segurança social.

Este diploma implementa as novas exigências postas pela Lei de Bases no tocante ao quadro genérico do financiamento do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, concretizando, designadamente, o princípio da adequação selectiva, explicitando as diversas fontes de receitas do sistema e afectando-as de forma clara às despesas de protecção social respectivas.

Considerando a nova arquitectura do sistema, que o decompõe em três subsistemas distintos, a saber, o da Protecção Social de Cidadania, o da Protecção à Família e o

Previdencial, procede-se a uma determinação inequívoca dos respectivos recursos financeiros que enquadre e condicione a gestão futura que dos mesmos for sendo feita por governos, serviços do Estado e instituições de segurança social.

As disposições agora concretizadas terão implicações decisivas sobre a sustentabilidade a longo prazo do sistema público da segurança social, uma vez que a previsão de financiamento acrescido do orçamento da Segurança Social por parte do Orçamento de Estado e a instituição de reservas obrigatórias a gerir em regime de capitalização traduzir-se-á num impulso definitivo no sentido da garantia do pagamento futuro das pensões e das prestações de protecção social.

FIXADAS NORMAS PARA APOIO A INTERIORIDADE

O Executivo do PS fixou, no dia 11, em Lisboa, as normas de regulamentação necessárias à boa execução das medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade.

Este diploma estabelece as condições de acesso das entidades beneficiárias, as entidades responsáveis pela concessão dos incentivos, as obrigações a que ficam sujeitas as entidades beneficiárias, bem como as consequências em caso de incumprimento.

As entidades beneficiárias devem reunir designadamente as seguintes condições de acesso:

• Encontrarem-se legalmente constituídas

e cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da sua actividade;

- Encontrarem-se em situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;
- Comprometerem-se a manter afecto à respectiva actividade o investimento realizado, bem como a manter a sua localização geográfica, durante um período mínimo de 5 anos a contar da data da realização integral do investimento;
- Comprometerem-se a manter os novos postos de trabalho por um período mínimo de 5 anos a contar da data da sua criação;
- Informarem da atribuição de qualquer outro incentivo ou da apresentação de candidatura para o mesmo fim.

DEPUTADO RICARDO GONÇALVES

Distrito de Braga

UNIÃO DE FACTO ENTRE MODERNIDADE E TRADIÇÃO



O distrito de Braga esteve no centro da intervenção do deputado do PS Ricardo Gonçalves no dia 11, na Assembleia da República.

Nos dias de hoje, referiu o deputado do PS, «o distrito de Braga é considerado a capital da informática em Portugal».

Os cursos ministrados na área da informática, na Universidade do Minho, adiantou, «são dos mais prestigiados em termos da União Europeia».

«É assim natural que Braga seja considerada a Silicon Valley portuguesa», frisou.

Neste contexto, sublinhou, «o grande desafio de momento no distrito de Braga é colocar todo o desenvolvimento das novas tecnologias, nomeadamente as de informação, ao serviço da economia tradicional, em que o exemplo mais representativo é o sector dos têxteis e todos os sub-sectores que vivem agregados a ele».

Considerando Braga como um distrito onde é patente a «união de facto entre a modernidade e a tradição», Ricardo Gonçalves abordou a problemática do Parque Nacional da Peneda-Gerês, e as suas especificidades.

Criado em 1971, e contando actualmente com cerca de 10 mil habitantes, espalhados

pelos seus 114 aldeamentos, os seus habitantes, referiu, «só querem ser ajudados para continuarem a viver onde gostam de viver».

Assim, considerou, «o pastoreio, com destaque para as cabras, devia ter um subsídio extraordinário, já que a cabra é o melhor auxiliar dos bombeiros, sendo essenciais para, pelo menos, na área do ambiente rural devorarem os matos, alimentadores de incêndios».

Comunitarismo

Para o deputado do PS, «o Parque Nacional desde as escolas do 1º ciclo introduzir o orgulho sadio de residir na área do parque, não deixando perder a tradição do comunitarismo que tantos estudiosos adoraram, com destaque para Miguel Torga». Do Castro Laborreiro às águias reais, o deputado do PS disse ser necessário defender estes animais.

«O orçamento do Parque é este ano de 650 mil contos, quando o ano passado foi de quatro mil contos», disse, salientando que «foi um bom salto mas ainda não chega».

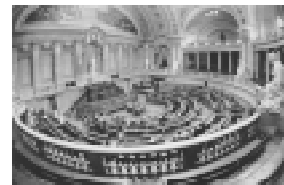
«É preciso mais, pois as carências são grandes, e para as combaterem é preciso a solidariedade europeia e portuguesa para manter a tradição na modernidade do nosso único Parque Natural», concluiu.

J. C. CASTELO BRANCO

PROTOCOLO

Dalai Lama

ALMEIDA SANTOS CONTRA SESSÃO SOLENE



Almeida Santos não quer que a Assembleia da República receba, em sessão solene, o líder espiritual tibetano, Dalai Lama, durante a visita que este fará a Portugal em Novembro. O presidente do Parlamento manifestou-se contrário a esta possibilidade, no passado dia 16.

«Acho que não se justifica uma sessão solene em circunstâncias nenhuma», disse à Imprensa Almeida Santos, que referiu não ter conhecimento de qualquer pedido por parte do líder tibetano para ser recebido pelo Parlamento.

«Tem havido contactos, mas não há nada proposto oficialmente», afirmou.

«E se o houver – continuou – a minha tendência é para alinhar com o Presidente da República e com o primeiro-ministro e ver se o recebem», acrescentou, adiantando que o seu cargo «não tem nada a ver com a política externa».

Em Abril deste ano, a conferência de líderes parlamentares rejeitou uma proposta do CDS-PP para convidar formalmente o Dalai Lama, aproveitando a sua presença em Portugal, no âmbito da Porto 2001.

Na altura, a bancada «popular» pretendia que o presidente da Assembleia da República dirigisse um convite ao Prémio Nobel da Paz de 1998 para ser recebido e homenageado

pelo Parlamento, atendendo à sua personalidade e aos valores que defende, nomeadamente os da não violência e de defesa dos direitos humanos.

No entanto, acabou por prevalecer a teoria de «seguir as regras protocolares» que implicam, na prática, a inversão do processo, pelo que não foi fechada a porta a uma recepção ao Dalai Lama, desde que a iniciativa parta dele ou da sua organização, embora sem qualquer cunho de homenagem ao líder tibetano.

Apenas o PSD se mostrou, então, disposto a alinhar com a iniciativa do CDS-PP.

O Dalai Lama visita Portugal em Novembro, altura em que será doutorado *honoris causa* na área do Direito pela Universidade Lusíada, tendo como padrinho o ex-Presidente da República Mário Soares.

DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Requerimento

ATÉ QUANDO AS CHEIAS DO RIO ÁGUEDA



«Estamos em Outubro de 2001 e aproxima-se um novo Inverno. Não se vêem as obras, nem do desassoreamento, nem da barragem do Ribeiradio. Os resultados do estudo prometido pelo INAG também são desconhecidos. As mesmas causas certamente continuarão a produzir os mesmos efeitos. Será preciso que a baixa de Águeda desapareça para se chegar à conclusão de que é preciso fazer alguma coisa?», pergunta o deputado socialista Manuel Alegre, num requerimento apresentado no dia 3, na Assembleia da República, sobre as cheias do rio Águeda.

No requerimento dirigido ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o camarada Manuel Alegre solicita informações sobre quando se vão realizar e quando estarão concluídos os trabalhos de desassoreamento do rio Águeda.

O deputado do PS quer ainda saber «quando se vai levar a cabo a já prevista construção da barragem de Ribeiradio e que medidas urgentes pensa o Governo tomar para impedir a repetição da cheia catastrófica de 2001».

J. C. C. B.



PORTUGAL SOCIALISTA

PRECIO 20000

SOCIALISTA

TELEVISÃO SERVIÇO PÚBLICO

Com entrevista a Augusto Santos Silva

VISÃO PÚBLICO

JÁ À VENDA

QUINZE TÊM DE APOSTAR NA INOVAÇÃO PARA GANHAR COMPETITIVIDADE

A União Europeia (UE) tem de continuar a apostar na competitividade sob pena de perder capacidade de criar emprego e bem-estar, disse o comissário responsável pelas empresas e sociedade da informação, Erkki Liikanen.

Durante a apresentação do Quadro de Resultados da Inovação 2001, em que a União Europeia aparece claramente atrás dos Estados Unidos da América e do Japão em termos de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D), o comissário Liikanen sublinhou a necessidade de «uma abordagem mais coerente em toda a Europa no que respeita ao incentivo à inovação».

Considerando que a inovação é «o factor-chave da produtividade», Erkki Liikanen afirmou que a União Europeia, «não obstante as actuais preocupações com aspectos de Defesa», não pode «ser complacente nesta matéria».

«Temos de fazer com que a Europa seja competitiva e inovadora e isso é absolutamente prioritário para nós», sublinhou.

Para o comissário europeu trata-se de continuar a perseguir o objectivo definido no Conselho de Lisboa, isto é, tornar em dez anos a economia da UE na mais competitiva do mundo. Uma economia fundada sobre o conhecimento e inovação com uma base sólida para um crescimento forte e durável, com pleno emprego e coesão social.

O Quadro de Resultados da Inovação 2001



revela uma grande disparidade entre os países europeus no que respeita à capacidade de inovação, o que, em termos gerais, coloca a União Europeia atrás dos Estados Unidos e da União Europeia.

Os principais pontos de preocupação da Comissão Europeia relacionam-se com o fraco investimento das empresas em I&D e com o baixo nível de patentes europeias em sectores de alta tecnologia.

O comissário Liikanen espera, assim, que este Quadro de Resultados seja para «os governantes dos Estados-membros um instrumento importante para que possam fazer uma planificação eficaz que conduza a uma cultura da inovação».

«Há um enorme potencial de aprendizagem de boas práticas na União Europeia. Uma vez que há diferenças importantes entre os vários Estados-membros, o essencial é que cada país consiga, através da observação do que foi feito pelos que revelam melhores índices de inovação, criar políticas que sejam também bem sucedidas», concluiu.

MAIS INVESTIGAÇÃO NO ACESSO À INFORMAÇÃO BANCÁRIA

O ministro da Justiça português sublinhou que o instrumento jurídico sobre matéria penal assinado no dia 16 pelos Quinze, no Luxemburgo, permite aumentar as capacidades de investigação no acesso à informação bancária.

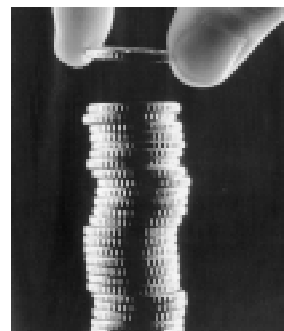
António Costa falava no final da reunião conjunta dos ministros das Finanças, Justiça e Administração Interna, onde foi assinado o Protocolo Adicional à Convenção, hoje publicada em Diário da República, relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados membros da União Europeia (UE).

Portugal foi o primeiro país comunitário a ratificar aquela Convenção.

O governante adiantou que isso vai acelerar também os trabalhos de aprovação de uma proposta de lei correspondente àquele Protocolo, que está pendente na Assembleia da República.

«É francamente positivo» para Portugal a aprovação daquele documento, realçou António Costa, que saudou ainda a luz verde dada ao alargamento no campo de aplicação, da directiva sobre combate ao branqueamento de capitais, aos advogados e outros profissionais ligados ao sector da Justiça.

Contudo, as penas a aplicar aos profissionais que não denunciem os casos de que tenham conhecimento serão definidas pelos diferentes Estados membros, acrescentou. O compromisso carece da aprovação do Parlamento Europeu.



Esta nova legislação abrangerá actividades não financeiras e os profissionais (além dos advogados, os notários, agentes imobiliários, contabilistas, consultores financeiros) que podem ter conhecimento de actividades de branqueamento de capitais.

A directiva obriga aqueles profissionais a identificar os clientes envolvidos em casos onde se suspeite da prática de movimentos financeiros suspeitos, embora o sigilo profissional continue a vigorar.

Para o ministro António Costa, mais do que a quebra do sigilo bancário, naqueles casos está-se perante a «complicidade com um crime».

QUINZE DEVEM ESTABELECEM PENA COMUM

Os Quinze deverão estabelecer uma pena comum de 20 anos para aplicar a quem for considerado dirigente de uma organização terrorista.

A ser aprovada, até Dezembro, esta medida obrigará Portugal a alterar um quadro penal que fixa em 15 anos a pena a aplicar naqueles casos, acrescentaram as fontes.

A harmonização a nível da União Europeia (UE) das sanções a aplicar em casos de terrorismo e encontrar uma definição comum do que é aquele flagelo foram dois dos temas abordados no dia 16 na reunião dos ministros da Justiça e Administração Interna dos Quinze, em que participou o comissário europeu responsável por essas áreas.

António Vitorino aproveitou para elogiar o facto de Portugal ser o único país que já resolveu as dificuldades legislativas internas relacionadas com a aplicação do mandato

de detenção comunitário.

O elogio de Vitorino dizia respeito às alterações à Constituição aprovadas recentemente pelo Parlamento português e que permitem alterar o quadro jurídico vigente sobre a aplicação dos mandatos de extradição por um outro, mais rápido e mais leve, de detenção no âmbito europeu.

Outra preocupação expressa na reunião foi a de definir com clareza o que são crimes terroristas, de forma a eliminar áreas cinzentas que possam por em causa direitos há muito reconhecidos (greve ou manifestação, entre outros).

O combate ao terrorismo e à criminalidade organizada não vai afectar o exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, na medida em que a UE pretende continuar a ser um espaço de justiça, segurança e liberdade.

Artesãos portugueses poderão aprender em outros países da Europa

Artesãos portugueses poderão, a partir de 2002, receber formação profissional sobre os ofícios ligados ao vidro, cerâmica e património em França ou Itália, no âmbito de um projecto piloto que reúne várias entidades europeias.

O projecto SMART – Sistema de Informação para a Mobilidade Europeia de Pessoas em Formação Profissional no Artesanato foi apresentado em Coimbra e está a ser desenvolvido pelo Centro de Formação Profissional do Artesanato (CEARTE) e pelo Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART).

«É um passo que as artes e ofícios necessitam de dar no sentido da inovação, possibilitando aos jovens e aos artesãos já activos terem formação noutro país europeu, conhecer outras realidades, técnicas e metodologias», frisou Luís Rocha, director do CEARTE.

Esta mobilidade funciona também para os artesãos dos outros países envolvidos no projecto que queiram aprender em terras lusas, porque «cada um está mais evoluído numa área ou noutra»: em Portugal, na cerâmica e nos têxteis, na França, no vidro e nos vitrais e, na Itália, na recuperação do património e design.

Para informar os interessados sobre os cursos existentes na Europa em matéria de formação profissional nas artes e ofícios e os seus aspectos administrativos e condições de frequência, deverá ficar disponível na Internet, em Março de 2002, o portal EUROSART, em quatro línguas (francês, italiano, português e inglês), referiu Luís Rocha.

ANNAN, O «LIBERTADOR» DE TIMOR-LESTE

Cinco anos depois do Nobel da Paz ter sido entregue ao bispo Ximenes Belo e a Ramos-Horta, o vencedor deste ano volta a remeter para a questão de Timor-Leste, cuja resolução foi o maior sucesso de Kofi Annan até agora.

Desde que tomou posse como secretário-geral da ONU, em Janeiro de 1997, o diplomata ganês deixou claro que a resolução da questão de Timor-Leste seria uma das suas prioridades. E o primeiro sinal concreto desse empenhamento seria dado por Kofi Annan quando, passado pouco mais de um mês no cargo, numa atitude inédita, decidiu nomear um representante pessoal para se dedicar a tempo inteiro ao problema da ex-colónia portuguesa que a Indonésia invadira em 1975. Outro mês passado sobre a nomeação do diplomata paquistanês Jamsheed Marker para encontrar uma solução para Timor-Leste, Annan voltava a emitir outro sinal evidente de que queria mesmo resolver a questão.

Recebeu oficialmente, noutro gesto inédito entre os líderes das Nações Unidas, o representante no exterior da resistência timorense José Ramos-Horta.

Nos dois anos que se seguiram, as Nações Unidas promoveram um corropio de contactos, pressões diplomáticas e rondas



negociais entre Portugal e a Indonésia que culminariam com a assinatura de um acordo a 5 de Maio de 1999.

O acordo estabelecia a realização de uma consulta à população timorense para saber qual o destino que queria para a sua terra.

Apesar das críticas que ouviu, quando propôs o referendo num prazo de apenas três meses e com a presença do forte contingente militar indonésio que protagonizava um regime altamente repressivo há 23 anos, Kofi Annan

decidiu arriscar. E ganhou a aposta.

Depois da autêntica maratona que foi a preparação da consulta, com o recenseamento da população feito num tempo recorde, os timorenses votaram em massa e deixaram claro que queriam a independência, com uns esmagadores 78,5 por cento a dizerem não à autonomia proposta pela Indonésia.

O secretário-geral da ONU haveria ainda de reconhecer as consequências de uma procura tão rápida da solução para Timor-Leste quando os militares indonésios e as milícias civis que formaram para amedrontar a população antes da votação reagiram de forma violenta e devastadora à derrota.

Uma onda de repressão e destruição invadiu o pequeno território, reduzindo a cinzas e escombros as poucas estruturas existentes e obrigando a partir para Timor Ocidental cerca de 250 mil timorenses, praticamente um terço da população.

O custo da opção pela liberdade na presença do carrasco ainda agora não foi saldado: mais de 100 mil timorenses continuam por regressar à sua terra e a reconstrução está ainda longe de repor a situação existente antes do referendo.

Mas seria ainda quando decorria a orgia de celebração que Kofi Annan apontou para outro caminho que se revelaria fundamental para

levar por diante o desafio de tornar Timor-Leste um país independente.

Annan admitiu que a solução passaria pelo envio para o território de uma força militar internacional.

Depois de outra correria diplomática, recheada de contactos, pressões e apelos, a 22 de Setembro de 1999 entravam em Timor-Leste os primeiros destacamentos militares, liderados pela Austrália, que haveriam de repor a segurança e "empurrar" de regresso a casa as tropas indonésias, cerca de um mês depois. O último grande motivo de satisfação para o secretário-geral da ONU vindo de Timor-Leste ocorreu a 30 de Agosto passado – já depois da reeleição de Annan para um segundo mandato à frente das Nações Unidas a 27 de Janeiro – com a realização das primeiras eleições livres no território, reconhecidas unanimemente como mais um sucesso da equipa liderada pelo diplomata ganês.

Embora a metade da ilha de Timor ainda não tenha entrado definitivamente nos carris da normalidade, quatro anos depois de ter tomado em mãos o desafio, Kofi Annan não deverá esconder o seu gozozio pelos resultados que conseguiu.

Mesmo que, como dizem muitos analistas, a resolução da questão timorense seja a principal alínea do seu currículo.

FOME AFECTA 800 MILHÕES PESSOAS EM TODO O MUNDO

O capitalismo global continua a gerar mais desigualdade e fome, agravando-se o fosso entre povos e nações. Ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres, é esta a lógica neoliberal e do Estado mínimo propagandeada pelos fundamentalistas do mercado. A fome afecta 800 milhões de pessoas em todo o mundo e apesar de na última década o número de subalimentados ter recuado em média seis milhões por ano, na maioria dos países em desenvolvimento o panorama agravou-se.

Na terça-feira, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) celebrou em Roma, na sua sede, o Dia Mundial da Alimentação, este ano sob o tema «Lutar contra a fome para reduzir a pobreza».

No último relatório anual sobre a insegurança alimentar no mundo, a FAO concluiu que para reduzir para metade o número de 800 mil pessoas com fome no mundo seriam necessários 60 anos, tendo como referência



o ritmo de diminuição registado na última década.

Isto apesar de na última cimeira mundial da alimentação, realizada em 1996, se ter fixado como objectivo a redução para metade da população subalimentada até 2015.

A próxima cimeira mundial realiza-se em Novembro. Na cerimónia de comemoração do Dia

Mundial da Alimentação – que se comemora pela 20ª vez e assinala a data da fundação da organização no Québec, Canadá, em 1945 –, quatro cantores vão ser nomeados embaixadores da FAO: Gilberto Gil, do Brasil, Magida Al Roumi, do Líbano, Mory Kanté, da Guiné-Conacri, e Al Bano Carrisi, de Itália. Na véspera da efeméride, as crianças são as protagonistas do comunicado do Programa

Alimentar Mundial (PAM), agência da ONU especialista em fornecimento de rações alimentares às escolas dos países em desenvolvimento desde há 40 anos. A organização alimenta ainda refugiados e outras populações necessitadas em todo o mundo.

No comunicado divulgado a propósito do Dia Mundial da Alimentação, o PAM aponta como vítimas de fome crónica 300 milhões de crianças, na maioria do sexo feminino.

«Cerca de 170 milhões vão à escola de estômago vazio e não comem nada durante o dia, outros 130 milhões nem sequer chegam a ir à escola», lê-se no documento assinado por Catherine Bertini, directora-geral do PAM. «Alimentar e educar as crianças representa a chave que permitirá reduzir o fosso entre ricos e pobres», acrescenta.

A ligação entre fome e pobreza domina precisamente a mensagem de Jacques Diouf, o director-geral da FAO, que se refere a um «ciclo desesperado» destes dois dramas. «Para reduzir estes números – os actuais 800 milhões de pessoas com fome – temos que reconhecer a intrincada conexão existente entre os dois problemas. Se a fome é consequência da pobreza, o inverso também é verdade».

GOVERNOS APOSTAM NA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE QUADROS

A qualificação e formação de quadros públicos é a principal aposta na cooperação entre os Estados-membros da CPLP, de acordo com os ministros da Administração Pública dos Sete reunidos no dia 15 em Oeiras.

A formação profissional das áreas preferenciais da cooperação e uma questão a abordar no II Encontro de Ministros da Administração Pública da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), marcado para 24, 25 e 26 de Abril de 2002 em Maputo, Moçambique.

Em conferência de Imprensa no final da reunião extraordinária, o ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, sublinhou que este encontro serviu para analisar «aspectos práticos da interacção das administrações públicas» dos países-membros, como «a gestão pública e a qualificação e formação dos quadros públicos».

O primeiro e único encontro dos ministros da Administração Pública dos Sete realizou-se em 1997, mantendo-se desde então apenas a cooperação bilateral.

Sem avançar explicações para este interregno, Alberto Martins referiu apenas que, a partir de agora, «há interesse em aprofundar as cooperações bilaterais e multilaterais».

O ministro citou o exemplo da cooperação bilateral entre Portugal e Angola, Guiné-



Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique para avaliar o funcionamento dos diferentes serviços públicos, um passo essencial para detectar os problemas e tentar resolvê-los. O ministro da Administração Pública de Moçambique, José António da Conceição Chichava, disse que é preciso identificar o que é que cada Estado-membro já fez em termos de reforma da Administração Pública e que, para isso, foi impulsionada a comissão permanente, criada em 1997 mas para a qual

ainda não foram nomeados representantes de cada país.

Segundo o ministro, a avaliação desta comissão é essencial para elaborar a agenda do II Encontro de ministros e para que se possa avançar para projectos concretos.

Partilhar experiências

Por sua vez, a secretária executiva da CPLP, Dulce Maria Pereira, manifestou-se satisfeita

com os resultados desta reunião extraordinária, afirmando que «é preciso partilhar experiências» e que «os Estados-membros mais desenvolvidos a nível da Administração Pública ajudem os mais fragilizados, como é o caso da Guiné-Bissau e de Timor», que ainda não é membro da CPLP mas participa nas suas reuniões como observador. Acerca de acções concretas já aprovadas pelos Sete, Dulce Pereira sublinhou a realização de um curso de formação na área da Gestão Pública, em local por definir mas para que há já uma oferta do Brasil.

Outra aposta é a realização de um curso de capacitação em Gestão Empresarial, que deverá ser ministrado no Centro de Excelência de Angola, especializado nesta área. Ainda a nível da formação profissional, «existe um projecto na área da sociedade da Informação», essencial para combater a burocracia que caracteriza a maioria dos sistemas de administração pública dos Sete.

Na reunião, participaram ainda os ministros de Angola, António Domingos Pitta Neto, da Guiné-Bissau, Carlos Pinto Pereira, e de São Tomé e Príncipe, Alberto Paulino. Brasil e Cabo Verde fizeram-se representar por secretários de Estado e Timor-Leste participou como observador.

Os países que integram a CPLP são Angola, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

GUTERRES E PEDRO PIRES FALAM SOBRE TERRORISMO E CRISE INTERNACIONAL

O Presidente cabo-verdiano, Pedro Pires, conversou no dia 11 em Lisboa com o primeiro-ministro português, António Guterres, num encontro de cortesia que versou sobre a actual crise internacional e eventuais repercussões em África.

Segundo o assessor diplomático do chefe do Governo português, Manuel Lobo Antunes, a actual crise internacional que envolve o terrorismo foi abordada pelos dois dirigentes que trocaram impressões sobre as repercussões, «boas e más», em África.

A comunidade cabo-verdiana residente em Portugal e a cooperação bilateral entre os dois países, também foi passada em revista pelos dois dirigentes, com um balanço geral da



cooperação considerado muito positivo, afirmou Manuel Lobo Antunes.

Sobre a possibilidade de redução da cooperação em consequência dos atentados, Manuel Lobo Antunes afirmou que o objectivo de Portugal é sempre aumentá-la, desde que possível, e nunca o contrário.

Os dois dirigentes também abordaram a situação na África Ocidental, de que Cabo Verde faz parte através da integração na Comunidade Económica e de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), do ponto de vista regional, acrescentou.

Mundo seguro e justo

De uma forma geral, Pedro Pires e António

Guterres falaram do processo de integração regional, concluiu.

Para além da reunião com Guterres, Pedro Pires manteve contactos com o seu homólogo português, Jorge Sampaio, e com o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, para além de outras personalidades portuguesas e «velhos amigos».

Na primeira estada em Portugal desde que foi eleito chefe de Estado em Fevereiro último, Pedro Pires, 66 anos, defendeu em Lisboa «a busca de um melhor caminho para um mundo seguro, livre e justo» considerando que «se com o terrorismo não se chega lá, com a guerra também não».

PRISÕES COM «SECÇÕES DE SEGURANÇA»

As cadeias de Vale de Judeus, Linhó (Sintra), Paços de Ferreira, Pinheiro da Cruz e Coimbra vão passar a dispor de «secções de segurança».

Esta medida manter-se-á até ser construída uma prisão de segurança máxima.

A decisão consta de um despacho já aprovado pelo ministro da Justiça, António Costa, e destina-se a reclusos «preventivos ou em cumprimento de pena que se revelem inadaptados ao regime comum».

Tem igualmente como finalidade que o sistema prisional possa responder adequadamente às novas exigências de segurança criadas pelos novos tipos de criminalidade, designadamente no capítulo do tráfico de estupefacientes e da criminalidade transnacional, organizada e violenta.

A par das «secções de segurança» nas cinco cadeias, é instituído um «regime fechado» para oito estabelecimentos prisionais, incluindo a cadeia e o hospital prisional de Caxias, ficando os restantes em «regime misto».

Onde houver «secções de segurança», a decisão de internamento cabe ao director-geral dos Serviços Prisionais por sua iniciativa ou sob proposta dos serviços, sendo a entrada do preso obrigatoriamente assinalada no «Livro de Registo de Reclusos», anotando-se o nome, motivo do internamento, dia e hora de entrada e identificação do funcionário que o acompanha e do que o recebe.

Segundo o despacho ministerial, o alojamento «é sempre individual», é proibida a afixação de cartazes nas paredes, bem como colocação de vestuário ou objectos nas grades das janelas ou em qualquer outro local que impeça o visionamento ou a revista do quarto por parte do pessoal de vigilância e só é permitida a posse de fotografias «com particular valor afectivo para o recluso, em número razoável e a colocar em local próprio para o efeito».

O recluso é obrigado a usar roupa e calçado fornecidos pela cadeia, recebendo ainda roupa de cama e de banho adequada, devendo ser garantida uma muda semanal. Os produtos consumíveis de higiene pessoal são, «a expensas do recluso», requisitados ao estabelecimento e é proibida a posse de objectos como «máquinas de barbear, máquinas de cortar cabelo, secadores e ferros de engomar», entre outros.

Humanização sem desleixo

O recluso pode requisitar, mediante pagamento de aluguer, uma televisão e/ou um rádio, intransmissíveis entre reclusos. «Por razões de segurança, o director pode proibir a posse de televisão e rádio», acrescenta o despacho que adianta que o recluso «não pode ter na sua posse quaisquer objectos de adorno, excepto aliança ou outro equivalente de especial valor afectivo».

Nas «secções de segurança» é expressamente proibida a posse de dinheiro



e a utilização de computadores.

«A alimentação é exclusivamente fornecida pela cadeia (...) as refeições são tomadas nos quartos de internamento e é totalmente proibida a posse e consumo de bebidas alcoólicas», lê-se ainda.

Nas «secções de segurança» as visitas sofrem restrições, podendo o recluso receber «apenas uma por semana, pelo período de uma hora, em dia e hora pré-definidos pelo director da cadeia e num máximo só pode ser concedida autorização para quatro pessoas, desde que não seja posta em perigo a ordem do estabelecimento e não tenha influência nociva no recluso».

Os filhos dos reclusos não se encontram abrangidos pela limitação quantitativa e é «proibida a substituição de visitantes ao longo do mesmo período de visita, durante o qual só podem estar presentes duas pessoas, ou, no máximo três, desde que duas sejam filhos menores».

As visitas devem ter lugar no parlatório da secção, com vidro inquebrável de separação. Não sendo possível este condicionalismo, a visita decorre em local determinado pelo director, desde que sujeita a vigilância contínua e em separado dos restantes reclusos.

Quanto à correspondência enviada e recebida, é, «respectivamente, fechada e aberta, na presença de elemento do pessoal de vigilância» e «é obrigatório o registo sistemático da expedida e recebida».

Os telefonemas só podem ser feitos se autorizados pelo director da cadeia, em telefone de rede fixa, e são limitados a dois por semana, com duração não superior a cinco minutos.

A ligação, a expensas do recluso, é feita pelo guarda prisional e por razões de ordem e segurança o director pode determinar a escuta da conversa, por funcionário designado para o efeito, dando conhecimento prévio ao preso. «O recluso não pode receber telefonemas», diz o despacho.

situações devidamente fundamentadas pelo director esta permanência pode estender-se até duas horas diárias».

«É proibida a permanência a céu aberto de mais de três reclusos juntos», diz o novo regulamento das «secções de segurança», que permite contudo a «prática de uma hora de ginástica, de jogos ou convívio entre um número de reclusos não superior a três».

Em situação de greve de fome, o recluso deve prestar declaração em impresso diário e reportado a todas as refeições que lhe são presentes em como persiste por sua livre e esclarecida vontade em concretizá-la. Em greve de fome, o recluso mantém apenas o direito à permanência durante uma hora a céu aberto, em separado dos demais reclusos.

No que se refere à assistência médica, o novo regulamento estipula que esta deve ser prestada «sempre que possível na secção (de segurança), quando for caso disso na enfermaria e de preferência sem contacto com os demais reclusos».

O enfermeiro deve visitar diariamente a secção de segurança e o médico pelo menos uma vez por semana, deslocações que serão registadas no «Livro de Registo de Ocorrências».

Os procedimentos de segurança impõem que o recluso seja sujeito a revista de roupa e do corpo, com desnudamento integral, sempre que saia ou retorne à secção ou depois de ter estado em contacto com terceiros vindos do exterior do estabelecimento prisional. O quarto de internamento pode ser revistado diariamente.

Caso o requeira, o recluso pode telefonar diariamente ao seu advogado, no máximo por 10 minutos, sendo igualmente a ligação efectuada por um vigilante.

«É proibido o uso de outros meios de comunicação, tais como telemóvel, fax, telegrama e e-mail ou outros», salienta o regulamento que proíbe também os presos de receber ou expedir encomendas, quer via postal, quer mediante entrega por visitantes.

Num regime apertado de segurança, o recluso tem direito «à permanência diária, a céu aberto, durante uma hora, mas em

GOVERNO TEVE «ÚNICO COMPORTAMENTO POSSÍVEL»

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou no dia 13 que o Governo teve «o único comportamento possível» ao remeter ao Ministério Público o relatório da investigação que recomendava a perda de mandato da autarca socialista Fátima Felgueiras.

Guterres, que falava no programa «Grande Júri» da rádio TSF, afirmou que o Governo «fez o que devia fazer» face a «indícios, não provas» apresentados num relatório da Inspeção-Geral da Administração do Território à Câmara Municipal de Felgueiras. Guterres disse que o PS não deu «apoio incondicional» a Fátima Felgueiras, mas apenas nos termos «que legitimam a possibilidade de candidatura» que fazem parte da doutrina, que afirma que quem tiver uma acusação confirmada por um juiz não deve candidatar-se, o que não acontece por enquanto com Fátima Felgueiras.

António Guterres afirmou que fará campanha enquanto secretário-geral do PS onde a

directão do partido o determinar, seja em Felgueiras, seja no Porto, onde não tem «nenhuma incomodidade» para com o candidato Fernando Gomes.

Limitação de mandatos

Ganhar as eleições autárquicas é para o PS uma questão de «ter mais votos», disse. O camarada António Guterres reconheceu ainda que «tradicionalmente» esteve contra a limitação de mandatos dos titulares de cargos políticos, mas deixou em aberto uma mudança de posição, afirmando que «é um problema real que tem que ser encarado seriamente».

O PS remeteu para a revisão ordinária da Constituição de 2002 a discussão da limitação de mandatos, mas o secretário-geral recusou dar «uma resposta definitiva» sobre a sua posição para «não influenciar» o debate.

LISBOA ESTÁ CADA VEZ MAIS SEGURA

Um estudo do Observatório de Segurança regista que, no ano passado, o índice de vitimação em Portugal desceu.

Catorze em cada cem lisboetas foram vítimas de crimes em 2000, um valor inferior aos 20 por cento do ano anterior, e abaixo do índice apurado pelas Nações Unidas.

Esta é uma das conclusões do estudo do Observatório, realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica, e que foi apresentado, no dia 11, na Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Segundo o documento, baseado em 22.702 entrevistas telefónicas, domiciliadas e de rua e que se reporta ao ano 2000, a vitimação média em Lisboa (14,1 por cento) é inferior ao índice em Portugal (15,5 por cento) que consta do Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano.

O documento revela que a criminalidade desceu significativamente na capital entre 1999 e o ano passado.

A comparação revela que os delitos contra viaturas diminuíram 24 por cento, os crimes contra residências 12 por cento e os crimes contra pessoas dez por cento.

Nos inquéritos de rua, Benfica/Carnide surge como a zona com maior índice de vitimação (16,5 por cento) seguida da Baixa/Bairro Alto/Alfama (12,9 por cento).

Nos inquéritos domiciliados é esta zona que surge em primeiro lugar (19,8 por cento), seguindo-se o eixo Alvalade/Campo Grande (14,8) que, em 1999, não constava das zonas de maior incidência de delitos.

As zonas de Anjos/Graça e Lumiar/Ameixoeira/Charneca encontram-se no pólo oposto, segundo os resultados dos inquéritos de rua.



Nas sondagens efectuadas no domicílio são os bairros de Ajuda/Alcântara/Belém e Lumiar/Ameixoeira/Charneca que surgem como os de menor incidência criminal.

Os delitos contra pessoas são a forma de crime mais frequente (46,5 por cento), dos quais 35,3 por cento são meras tentativas.

Dos delitos consumados, 47,1 por cento referem-se a roubos de bolsa ou carteira, 28,7 por cento a assaltos, 16,4 por cento a roubos por esticão e 7,7 por cento a agressões.

Todos ocorreram predominantemente na via pública, excepto o furto de bolsa ou carteira que regista uma incidência importante nos transportes públicos.

A utilização de armas ocorreu em 44,5 por cento dos casos na sondagem de rua e 43,4 por cento na domiciliada. Navalhas e armas brancas foram as armas mais usadas (cerca de 76 por cento) seguindo-se a seringa.

Os delitos contra residências totalizam 15,5 por cento e ocorreram predominantemente no período da tarde.

Em 13 por cento dos casos a entrada na residência foi permitida, correspondendo a percentagem restante aos roubos praticados por arrombamento e escalamiento.

Os delitos contra viaturas correspondem a 37,9 por cento do total e foram praticados predominantemente no período nocturno e na via pública em zonas sem parquímetros.

2001: crimes em geral diminuem

Os dados registados pelo estudo do Observatório de segurança são relativos à criminalidade em geral e não à criminalidade participada à polícia, cujas estatísticas confirmam, todavia, a tendência de descida com uma diminuição geral de 8 por cento de

crimes no primeiro semestre de 2001.

O perfil dominante dos autores dos delitos é o de indivíduos do sexo masculino, brancos, com idade entre os 18 e 35 anos, agindo sozinhos.

Cerca de metade dos crimes são cometidos por brancos e 29,3 por cento por indivíduos de etnia africana. A percentagem restante inclui brancos e negros.

O estudo assinala ainda um sentimento de insegurança difuso elevado: 62 por cento dos inquiridos consideram Lisboa «perigosa ou muito perigosa».

O sentimento é atenuado quando concretizado em relação à zona de residência: só 34 por cento das pessoas a consideraram «perigosa ou muito perigosa».

Os autores do estudo relacionaram os sentimentos de insegurança com os meios de comunicação social e verificaram que estes sentimentos são tanto maiores quanto o número de horas de televisão a que se assiste diariamente.

As notícias que mais interessam aos inquiridos são as de «política nacional» (48,1 por cento), «crime e segurança» (29,4 por cento) e «desporto e lazer» (29,1 por cento).

Este trabalho desmente a imagem de insegurança que alguns procuram transmitir da cidade de Lisboa e que criam sentimentos de ansiedade nas pessoas mais fragilizadas.

Nos anos 90, segundo anunciaram Vasco Franco e o presidente da CML, João Soares, as esquadras em Lisboa aumentaram 50 por cento.

Nos últimos cinco anos foram criadas sete novas esquadras e prevê-se a curto prazo, mais duas, localizadas na Ameixoeira e na Ajuda.

DESEMPREGO EM QUEDA HÁ MAIS DE QUATRO ANOS

O desemprego registado caiu em quase um terço, durante os mais de quatro anos e meio de quebra contínua do número de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Entre Dezembro de 1996, último mês em que se verificou um aumento homólogo do desemprego registado, e Agosto deste ano, último mês em que se manteve a tendência de quebra, o número de desempregados registados caiu 32,6 por cento.

No final do oitavo mês deste ano, estavam inscritas nos centros de emprego do IEFP um total de 310.174 pessoas, o segundo mais baixo valor desde que o instituto mantém registos.

A amplitude da redução foi superior a 150 mil desempregados, face aos 460.244

existentes no último mês de 1996.

Esta tendência de quebra manifestou-se claramente em todos os segmentos, mas foi mais sentida entre os jovens, com o total de desempregados com idade inferior a 25 anos a cair 59,95 por cento, para pouco mais de 48,5 mil, quando em Dezembro de 1996 eram mais de 121 mil.

O número absoluto de jovens que deixaram os centros de emprego (72.965) foi pouco superior ao de desempregados com idade igual ou superior a 25 anos (77.105) que abandonaram o sistema.

A quebra do número total de indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos foi de 22,77 por cento, para 261.436 pessoas. O peso deste segmento no total de desempregados aumentou em 10,7 pontos percentuais, para 84,2 por cento.

Esta tendência manifesta-se também na evolução do número de pessoas que procuram o primeiro emprego e de desempregados que procuram um novo emprego.

O número dos que procuram primeiro emprego caiu 62 por cento, para 27.468 pessoas, enquanto o número dos que procuram um novo emprego desceu 27,1 por cento, para 282.706 pessoas. Em valor absoluto, no segundo caso, saíram das listas mais de 105 mil pessoas.

Anteriormente, os que procuravam novo emprego já eram a maioria absoluta dos desempregados, mas o seu peso acentuou-se, subindo 6,8 pontos percentuais, para 91,1 por cento dos desempregados.

A tendência de redução do desemprego

em Portugal foi também visível na evolução da taxa de desemprego, calculada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e divulgada trimestralmente.

No último trimestre de 1996, segundo os cálculos do INE, 7,2 por cento da população activa portuguesa estava desempregada. Quatro anos e meio depois, no segundo trimestre deste ano, os desempregados representavam apenas 3,9 por cento daquele universo.

No entanto, ao contrário do que aconteceu com a evolução do desemprego registado, que manteve uma queda contínua por 56 meses, a taxa de desemprego teve oscilações. A mais baixa taxa de desemprego registada foi de 3,8 por cento, nos segundo e quarto trimestre do ano passado.



Castanheira de Pêra

Obras municipais

A Câmara Municipal de Castanheira de Pêra tem em execução um vasto conjunto de obras municipais. Objectivo: melhorar ainda mais a qualidade de vida no concelho.



A rede de esgotos em Pera e Bolo, a urbanização do Bairro da Colina, os esgotos domésticos em Carregal Fundeiro e a ligação da EN236-1 à Moita (EM512) são algumas das obras em execução pelo município de Castanheira de Pêra.

Fafe

Centro de distribuição de metadona

Já está em funcionamento desde segunda-feira em Fafe um serviço de distribuição de metadona, destinado aos toxicóde-pendentes consumidores de heroína.

Para o efeito, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Fafe e a Sub-Região de Saúde de Braga (Centro de Saúde de Fafe).



São objectivos do centro de distribuição de metadona aproximar os toxicóde-pendentes aos cuidados de saúde, descentralizar as respostas assistenciais, integrando-as em unidades de saúde locais, melhorar a eficácia organizacional do Centro de Apoio a Toxicóde-pendentes e criar condições assistenciais promotoras da continuidade de cuidados, de modo a facilitar a inserção sociofamiliar dos toxicóde-pendentes e evitar a marginalização social e a delinquência.

Programa «Ser Solidário»

O programa «Ser Solidário», de apoio a estudantes de estratos sociais desfavorecidos e que não ingressaram no ensino superior, arrancou na passada segunda-feira, com a participação de 54 jovens.

O programa tem uma dotação de 7500 contos, para o ano em curso, e abrange jovens que concluíram o 12º ano de escolaridade mas não

conseguiram entrar na Universidade e outros que, apesar de não terem concluído o 12º ano, renovam a sua matrícula porque mantêm o propósito de irem a ingressar no ensino superior. O programa visa proporcionar a ocupação dos tempos livres desses jovens em instituições e programas sociais, culturais ou outros, possibilitando-lhes uma gratificação pecuniária mensal, aliviando assim os pais do ponto de vista financeiro.

Loulé

Novo quartel dos bombeiros municipais

«Ao longo de 74 anos a Câmara conseguiu dar o primeiro passo para que os bombeiros tenham uma casa», afirmou José Faisca, comandante do corpo de bombeiros municipais de Loulé, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra para a construção do quartel desta corporação que teve lugar no passado dia 7 de Outubro e que contou com a presença, entre outros, de Vítor Aleixo, presidente da Câmara Municipal de Loulé.



Sesimbra

Escola básica está mais bonita

A escola básica de Sesimbra está como nova. A intervenção aí realizada pela Câmara Municipal tornou-a num estabelecimento de ensino mais bonito, mais seguro, e que assim passa a oferecer melhores condições a alunos, professores e demais funcionários.



A falta de zonas de recreio condignas, uma das suas maiores carências, foi ultrapassada com a intervenção da autarquia, existindo agora diversos espaços lúdicos, equipados com pisos específicos, onde os alunos podem praticar diversas modalidades, tais como futebol, andebol, basquetebol, voleibol, escalada, entre outras.

Ao mesmo tempo foram criados vários espaços verdes, melhoradas as áreas de entrada e saída, bem como a vedação em volta da escola.

Sintra

Inauguração do Centro Cultural Olga Cadaval

Edite Estrela sonhou, trabalhou e a obra nasceu. É mais uma notável realização de uma autarca-modelo do PS, que é um exemplo de determinação e empenhamento na causa pública.



O Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra, foi inaugurado no dia 13 pelo primeiro-ministro, António Guterres, com a promessa de total solidariedade do Governo para continuar a ajudar obras de revitalização na Vila Património Mundial.

«Vamos continuar a apoiar aquilo que de mais belo e mais nobre se faz em Sintra», garantiu Guterres, dando como exemplos a recuperação do antigo Casino, agora Museu de Arte Moderna, os parques da Pena e de Monserrate e o Convento dos Capuchos.

De acordo com o chefe do Governo, «Sintra é uma pérola inigualável onde se casam património e cultura, graças ao empenho da Câmara que tem vindo a recuperar o que antes estava em ruínas».

Exemplo disso é o Centro Cultural Olga de Cadaval que resulta da remodelação e ampliação do antigo Cine-Teatro Carlos Manuel, construído na década de 40 do século XX, sob a traça do arquitecto Norte Júnior.

A obra representou um investimento de cerca de dois milhões de contos. Para a presidente da Câmara de Sintra, Edite

Estrela, o equipamento «conferirá sem dúvida uma nova vida, uma nova dinâmica, à oferta cultural sintrense».

Mas, segundo a autarca, o centro cultural «insere-se num plano mais vasto», que visa transformar Sintra numa verdadeira capital da cultura.

Edite Estrela disse acreditar que o novo Centro Cultural de Sintra será de todos os públicos independentemente da sua origem e proveniência.

«Mas, acima de tudo, é dos sintrenses», referiu, acrescentando que «o público de Sintra esperou muito, mas agora foi-lhe devolvido em dobro».

A inauguração do equipamento constituiu ainda uma homenagem à marquesa do Cadaval, que sempre esteve ligada à vida artística.

Neste sentido, foi oferecido pela família da homenageada o seu busto que foi colocado à entrada do centro cultural, baptizado com o nome da marquesa Olga de Cadaval.

Presente na cerimónia de inauguração esteve também o ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, que salientou a «elevada qualidade técnica e arquitectónica» do espaço.


«Hoje deu-se um passo decisivo para a plena utilização de mais um espaço cultural, apoiado pelo ministério, no âmbito do quadro da rede de espaço municipais e culturais», afirmou o governante.

Para Santos Silva, «o desenvolvimento cultural do País faz-se da conjugação de esforços entre os poderes públicos e a malha associativa».

Orçado em cerca de dois milhões de contos, a construção do Centro Cultural Olga de Cadaval foi apoiada pelo Ministério da Cultura, pelo Fundo de Turismo e pela Tabaqueira.

Uma ambição de Edite Estrela que só dispunha de 360 mil contos para erguer o novo espaço: «Felizmente tenho uma ambição sem limites que tem permitido a concretização de obras como esta.»

novos equipamentos inclui uma sala principal com capacidade para mil pessoas e outra com capacidade para 300, permitindo a realização dos mais variados tipos de eventos, como ópera, bailado, música, teatro, cinema e congressos.



**VISITE
O SITE
DO PARTIDO
SOCIALISTA**

<http://www.ps.pt>

PS EM MOVIMENTO

FAFE

Jorge Coelho desafia PSD

O coordenador nacional do PS, Jorge Coelho, desafiou no dia 14 o líder do PSD, Durão Barroso, «a deixar de lado os interesses partidários» e a aprovar o Orçamento de Estado para 2002.

«O País precisa de estabilidade, paz e segurança», disse o dirigente socialista ao solicitar ao PSD que «pense bem, que pense mais no País do que nos interesses partidários».

O dirigente socialista falava sábado durante a sessão de apresentação da candidatura de José Ribeiro à Câmara de Fafe, em que participaram 1500 pessoas.

O candidato, que ocupa desde 1996 o cargo de presidente da Câmara, tem como principal adversário o advogado e deputado Eugénio Marinho, que lidera uma coligação de direita formada pelo PSD, CDS/PP e um movimento de cidadãos independentes.

Lembrando que o ataque terrorista de 11 de Setembro nos Estados Unidos criou um clima de incerteza, Jorge Coelho acentuou que «os portugueses querem que o país se desenvolva, se modernize e que sejam dadas condições de estabilidade ao Governo para que este possa trabalhar».

«O Orçamento de Estado, que segunda-feira é entregue na Assembleia da República, é fundamental na actual situação, por criar condições para um aumento do investimento público de 7,5 por cento em relação ao corrente ano», referiu.

Disse que o Orçamento garante, também, as necessárias receitas à Segurança Social, para serem aplicadas na melhoria das pensões e no apoio social, e que o mesmo sucede na Educação e na Saúde, sectores que também são prioritários para o Governo do PS.

Caracterizou o documento a apresentar ao Parlamento como de «combate ao despesismo, de rigor e de eficácia, para insistir na necessidade de o PSD ajudar a criar condições de estabilidade».

«O PSD pode muito bem apresentar propostas e sugestões, o País inteiro só lhe agradecerá por isso, mas é fundamental que o faça numa óptica construtiva», sublinhou.

LEIRIA

PS apresenta queixa na PSP

O candidato do PS à Câmara de Leiria, José Manuel Silva, anunciou no dia 15 que vai apresentar queixa na PSP contra incertezas, por actos de vandalismo nalguns dos cartazes da sua candidatura.

Em comunicado, José Manuel Silva refere que alguns dos 50 cartazes colocados no início do mês nas freguesias e na cidade, indicando as principais prioridades da candidatura para o concelho, foram vandalizados por desconhecidos.

Embora não acusando directamente apoiantes do PSD - que lidera a Câmara Municipal - pela destruição dos cartazes, o PS considera que estes actos têm motivação política.

Com a apresentação da queixa, José Manuel Silva pretende «demonstrar às pessoas a quem os conteúdos desta campanha tanto têm incomodado, que o PS irá pugnar sempre pelo exercício da pedagogia democrática, da participação cívica e do respeito pelos eleitores e partidos».

Falta de cultura democrática

José Manuel Silva considerou que estes actos de vandalismo sobre propaganda partidária demonstram «falta de cultura democrática», salientando que a queixa na PSP é «uma forma de demonstrar descontentamento pela utilização destes processos».

Em 1997, o PSD, liderado pela actual presidente de Câmara, Isabel Damasceno, recolheu 43 por cento dos votos, ficando o PS com 38 por cento, correspondendo a uma diferença inferior a três mil votos.

MONCHIQUE

Tuta confirma candidatura

O presidente da Câmara de Monchique, o socialista Carlos Tuta, confirmou a sua candidatura a um sexto mandato, depois do convite endereçado pela estrutura local do partido.

Carlos Tuta, 49 anos, licenciado em Finanças, professor do ensino secundário, integra a lista de candidatura do PS às autárquicas desde 1979, ano em que foi eleito para a Assembleia Municipal, tendo em 1982 conquistado a presidência da Câmara de Monchique ao encabeçar a lista socialista candidata à autarquia.

De acordo com o autarca, o principal objectivo da sua candidatura é «continuar a valorizar o concelho ao nível económico e social, no contexto regional e nacional, através de projectos e obras estruturantes para o município».

Carlos Tuta, que completa este ano o seu quinto mandato consecutivo como presidente, sublinhou que «quer dar continuidade ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das populações do concelho».

Carlos Tuta, além de presidente da autarquia, é presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Algarve (AMAL), vogal da Região de Turismo do Algarve (RTA) e presidente do Conselho da Região do Algarve e membro do Conselho Económico e Social.

Nas últimas autárquicas, o PS alcançou 61,02 por cento dos votos expressos, a que correspondem quatro mandatos no executivo camarário, o PPD/PSD obteve 23,56 por cento dos votos e elegeu um vereador. A coligação PCP/PEV com 9,21 por cento dos votos e o CDS/PP com 1,48 por cento não conquistaram qualquer mandato.

SINTRA

Recandidatura de Edite Estrela

O prolongamento do metro até ao Cacém será uma das apostas da camarada Edite Estrela, que no dia 14 apresentou a sua recandidatura à Câmara de Sintra, num almoço que juntou cerca de quatro mil pessoas.

Edite Estrela, uma das autarcas-modelo do PS, que cumpre já o seu segundo mandato, garantiu que «nos próximos tempos haverá novidades» em relação a esta «ambição» de prolongar a linha do metro até à cidade do Cacém.

«Vamos estudar com o Governo este prolongamento e a sua ligação ao transporte em carris que está projectado no Programa Polis do Cacém», anunciou Edite Estrela.

No próximo mandato, a presidente da Câmara de Sintra pretende planear a mobilidade dos sintrenses «não em função dos acessos, mas segundo um sistema integrado de transportes, no qual, naturalmente, o transporte privado terá o seu papel».

Ainda durante o seu discurso, a autarca pediu maioria absoluta aos eleitores: «Há quatro anos, quando pedi uma maioria clara, o povo de Sintra calou os profetas da desgraça, os propagandistas do quanto pior melhor».

Numa alusão breve aos seus adversários do PSD, Fernando Seara, e da CDU, Baptista Alves, a autarca afirmou que «nenhum deles merece especial atenção».

No plano urbanístico, o próximo mandato será um avanço para um novo patamar municipal. «Vamos humanizar o urbanismo municipal», garantiu.

Evitar excesso de construção

Relativamente ao excesso de construção no concelho, Edite Estrela defendeu, uma vez mais, que «muitos dos verdadeiros atentados urbanísticos que se cometeram levam as assinaturas de outros».

«Optei por combater o que estava mal e ainda podia evitar», referiu, acrescentando que «não podem ser os justos a pagar pelos pecadores».

Os elogios mais rasgados a Edite Estrela vieram pela voz de Jorge Coelho, presidente da Comissão Permanente do PS, que durante o seu discurso não se cansou de enaltecer «o trabalho extraordinário que tem vindo a ser desenvolvido na Câmara de Sintra».

«Estou aqui hoje com o coração, com a razão, com a emoção e com tudo para dizer que a Edite merece um resultado fabuloso nas eleições», salientou Jorge Coelho.

Frisou também que «é sempre muito difícil a qualquer membro do Governo ter a força e a coragem de dizer que não à grande mulher que é a Edite Estrela».

«Considero-a uma das maiores referências do PS pela forma como se deve fazer política», disse ainda o presidente da Comissão Permanente do Partido Socialista.

No almoço, que lançou a recandidatura de Edite Estrela, marcaram presença as camaradas José Sócrates, Vera Jardim, Armando Vara, José Lamego, Maria Barroso, Maria de Belém, entre outros.

A camarada Edite Estrela vai lutar pelo terceiro mandato à frente da Câmara de Sintra contra as candidaturas da coligação PSD/CDS-PP liderada por Fernando Seara, deputado laranja que ganhou notoriedade por fazer intervenções mais corriqueiras com um ar professoral e que é mais conhecido do grande público como comentador desportivo e por nas eleições do clube do seu coração, o Benfica, nunca ter tomado posição sobre o candidato da sua preferência, o que é demonstrativo da sua ambiguidade, da CDU com Baptista Alves, e do Bloco de Esquerda com Luís Fazenda.

Reunião da Comissão Política Nacional e do Secretariado Nacional com os presidentes de Federação

18 de Outubro, 19 horas

Sede nacional do Largo do Rato

Ordem de trabalhos:

1. Eleições autárquicas – arts. 90º e 92º dos Estatutos, ponto da situação
2. Análise da situação política



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Opereta em Albufeira

A apresentação da obra «Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação» da autoria de António Manuel Góis Nóbrega, realiza-se, hoje, às 21 e 30, no Auditório Municipal. Após o lançamento deste livro, o mesmo espaço será palco, pelas 22 e 15, de um «momento musical» com Barbara Shchiffs ao piano e Oxana Temniakova ao violino. Este sábado, dia 20, a partir das 15 e 30, o Auditório Municipal acolhe a opereta «Albufeira – 3000 Anos de História», um evento a cargo do Coro Infantil da Câmara. Até ao dia 27 deste mês encontra-se patente ao público, na Galeria Municipal, a mostra «Excluír Não, Cuidar Sim», da Casa da Paz (Santa Casa da Misericórdia).

Recital em Coimbra

Hoje, às 21 30, a sala polivalente da Casa Municipal da Cultura será palco de um recital de canto e piano em homenagem a Verdi. O espectáculo contará com a interpretação de obras de Miguel Ângelo, Artur Santos, Schubert, Schumann e Verdi pelo barítono Tomás Vaz da Silve e pela pianista Vera Prokic. O lançamento do livro «Coimbra – Luz e Sombras da Cidade» (escrita poética) acontece este sábado, pelas 15 horas, na sala de conferências.

No âmbito do «Jazz – Ciclo das Quartas», o Teatro Académico de Gil Vicente apresenta, a partir das 21 e 45, um espectáculo musical a cargo do Ruben Alves Quinteto, composto por Ruben Alves, Pedro Carneiro, Paulo Gaspar, Alexandre Frazão e Máximo Cavalli.

Teatro em Fafe

O Grupo de Teatro A Capoeira leva à cena, hoje, às 21 e 30, no Estúdio Fénix, a peça A Casa de Bernarda Alba, de Federico García Lorca. Amanhã, o mesmo espaço cultural receberá, no mesmo horário, um concerto a cargo da Orquestra do Norte. Ainda no Estúdio Fénix, também pelas 21 e 30, poderá apreciar a representação teatral do grupo Vitrine, na peça de Camilo Castelo Branco, «O Morgado de Fafe em Lisboa». Está patente, até ao dia 20, na Galeria Municipal (Casa da Cultura), a exposição «Passos de Camilo». A mostra poderá ser visitada diariamente, entre as 9 horas e as 12 e 30, e das 14 horas até às 17 e 30. Aos sábados o horário de abertura da exposição vai das 14 horas às 17 e 30.

Leituras poéticas em Faro

Os actores da ACTA declamarão, amanhã, sexta-feira, a partir das 21 e 30, no auditório da Biblioteca Municipal, poemas de autores como Gastão Cruz (Portugal); Ana Blandiana (Roménia); Leons Briedis (Letónia) e Mohammed Bennis (Marrocos). No sábado, a sessão de encerramento

destas leituras poéticas acontecerá, no mesmo horário, no Teatro Lethes. Mas o espectáculo final só decorrerá no domingo, também às 21 e 30, no Teatro Lethes. Trata-se de «Diz», um evento a cargo de Carlos Bica e Ana Brandão, integrado no projecto «Palcos Mutantes do Capa».

Peça em Guimarães

Assista, hoje, às 16 e 30 ou pelas 21 e 45, no Cinema São Mamede, à projecção do filme de Dominic Sena, «Operação Swordfish». A partir de amanhã e até ao dia 25 poderá ver, na mesma sala de espectáculos, a película «American Pie 2». No domingo, dia 21, às 21 e 45, o auditório da Universidade do Minho exhibe «Código Desconhecido», uma realização de Michael Haneke. O Festival de Teatro do Vale do Ave despede-se dos palcos por este ano no próximo sábado, dia 20, às 22 horas, no Paço dos Duques de Bragança, com a representação da peça «Lonjura Muito Distante», pela companhia teatral Restauradores da Granja (Fafe). As pinturas de João Lima estão em exibição, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago, até ao fim do mês.

Filmes x 8 em Lisboa

São oito as estreias programadas para as salas de cinema alfacinhas. Trata-se das películas «What's The Worts That Could Happen?», de Sam Weisman; «Brother», de T. Kitano; «Trama de Sentidos», de Jay Lowi; «American Pie 2 – O Ano Seguinte», de James B. Rogers; «Os Crimes dos Rios de Púrpura», de Matthieu Kassovitz; «Mistérios do Sexo Oposto», de Peter Chelsom; «Amélie», de Jean-Pierre Jeunet; «O Rei Dança», de Gérard Corbiau; e «Captain Corelli's Mandolin», de John Madden.

Desfolhada em Paredes de Coura

Este fim-de-semana (dias 20 e 21) poderá ver, no Centro Cultural, às 21 e 30, a película de Rob Cohen, «Velocidade Furiosa», com Vin Diesel, Paul Walker, Jordana Brewster, Michelle Rodriguez e Matt Schulze nos papéis principais. Também no dia 20, às 21 horas, o Museu Regional será palco da tradicional «Desfolhada».

Gastronomia em Santarém

O XXI Festival Nacional de Gastronomia de Santarém terá as portas abertas até ao próximo dia 4 de Novembro, reunindo num só espaço os manjares de 19 Regiões de Turismo de Portugal e Ilhas e contando, pela primeira vez, com a participação da gastronomia de Angola, como país convidado.

Dança em Sintra

No âmbito da iniciativa «Ao Sábado Acontece...», a Casa da Juventude será palco, no dia 20, pelas 17 horas, de uma «Tarde Hip-Hop».

Ilusionismo em Vila Real de Santo António

«Água e Ambiente» é o título genérico da exposição do Concurso Fotográfico «1/4 Escuro», a inaugurar no sábado 20, mantendo-se patente até 2 de Novembro, no Centro Cultural António Aleixo. Também no sábado o Centro Cultural será palco, a partir das 22 horas, de um espectáculo de ilusionismo denominado «The Invisible Man».

SUGESTÃO

UTE LEMPER

Considerada a única intérprete genuína do Cabaret Alemão de Berlim, das canções de Kurt Weill e da Chanson francesa, Ute Lemper tem uma carreira vasta e diversificada, deixando sempre uma presença forte nos palcos que pisa. Amanhã, às 21 e 30, será ocasião de ouvir a artista no grande auditório do Centro Cultural de Belém. Do percurso da cantora-actriz alemã há a destacar o seu *debute* profissional em «CAST», musical onde interpretou os papéis de Grizabella e Bombalurina; as recriações da personagem Peter em «Peter Pan» e Sally Bowles no Cabaret de Jérôme Savary, papel pelo qual foi premiada com o Moliere Award. O último trabalho discográfico de Ute Lemper – «Punishing Kiss» – é uma colecção de canções de Tom Waits, Elvis Costello e Philip Glass, entre outros. Lemper apresenta-se finalmente em Lisboa, um ano após um inesperado cancelamento devido a problemas vocais surgidos num concerto em Madrid. Um concerto pelo que, certamente, valeu a pena esperar.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Incompatibilidade

as comissões eleitorais da oposição começavam todas por C a comissão eleitoral governamental começava por U não era possível a fusão por uma questão de decência fundamental e correcção de linguagem

Luís Valle
In «Poesia»

DANÇA
C O B

Pequeno Auditório
«New Tan»
Tânia Carvalho – coreografia
Tânia Carvalho, Paulo Brás e Pedro Pinto – intérpretes
19 a 21 de Outubro – 21h30

Grande Auditório
«Psico Ballet»
Companhia Mayumana
23 de Outubro – 21h30



ECONOMIA, SIGILO E AMBIENTE

1. A análise da evolução das cotações bolsistas nos últimos tempos leva-nos a reflectir sobre o seu papel no financiamento da economia modernas e as fragilidades do sistema global a que estão associadas. O reconhecimento por parte de sectores tradicionalistas liberais da necessidade de melhor intervenção pública em circunstâncias difíceis ou inesperadas como as do pós-11 de Setembro vieram retemperar a fé de muitos que episodicamente se encontram tentados a descrever das virtudes do equilíbrio entre o mercado a funcionar, um Estado a regular em simultâneo com a concretização de políticas de desenvolvimento, coesão e solidariedade, como os vectores dominantes de uma estratégia política progressista.

2. Por outro lado, a própria situação pós-atentado de Nova Iorque veio reanimar o debate, no plano português, europeu e dos países da OCDE em torno do sigilo bancário. A demagogia que se praticou em Portugal, por parte de alguns sectores

oposicionistas de direita quanto à moderada inflexão relativa ao sigilo bancário, votada no Parlamento, só encontra paralelo na posição radical dos defensores à «outrance» da liberdade de comerciar tudo, mesmo protegendo o tráfico de droga e outros negócios.

A paulatina redução negociada, no âmbito da OCDE e da União Europeia, do papel das «off-shores» no quadro do funcionamento do sistema financeiro internacional virá mais que provavelmente a ser acelerada pela consciência de que os mais indómitos defensores do sigilo bancário (a todo o custo) serão certamente os que pretendem, a coberto dele, efectuar manobras criminosas. Nunca se quis (pela nossa parte) atentar contra a liberdade de comerciar, negociar e investir, apenas se quis aperfeiçoar mecanismos de dissuasão e combate à fraude fiscal e ao crime de «luva branca».

3. Na área ambiental, o caminho para a produção de energias alternativas encontra-se singularmente encorajado pelas actuais disposições legais e pelas directivas europeias em vigor, para além

do encorajamento constante das medidas fiscais propostas por deputados socialistas no âmbito do debate do Orçamento para 2001. Por isso, o apoio a Fundos a desenvolver nessa área como algo promissor, assim como a criação e desenvolvimento de empresas neste domínio das energias alternativas que aproveitem as novas oportunidades.

4. Os critérios do défice orçamental estabelecidos nos programas anuais de convergência tiveram que ser flexibilizados, dada a actual conjuntura económica europeia e mundial. O aproveitamento pelo Governo das novas margens assim obtidas para investimento dinamizador da economia e para garantir o futuro de uma sociedade que se quer solidária é não só de elogiar, como de explicar, furando algumas barreiras comunicacionais. Porque é indispensável manter o controlo do crescimento dos custos da Administração Pública, ao mesmo tempo que se prossegue o esforço de aumentar a sua eficácia sem despedir funcionários públicos, o que iria contra um programa socialista e democrático.

«Há um problema real na Europa que é um problema de capacidade política. A Europa não tem hoje um comando político capaz de a fazer afirmar no quadro internacional como um factor de equilíbrio e como um factor decisivo na evolução da vida do mundo de hoje»

António Guterres
TSF, 13 de Outubro

«Não podemos permitir que os terroristas se metam na nossa vida, deixar de ir a restaurantes»

Woody Allen
Visão, 11 de Outubro


«O 11 de Setembro fez cair em definitivo a máscara dessa esquerda amarrada de pés e mãos aos velhos esqueletos escondidos no armário»

Vicente Jorge Silva
Diário Económico, 13 de Outubro

«O PSD que pense mais no País e menos nos interesses partidários»
Jorge Coelho
Fafe, 14 de Outubro

«Os campos foram desbravados, plantámos as árvores, colhemos já alguns frutos. Agora vamos podá-las, adubá-las»
Edite Estrela
Mem-Martins, 14 de Outubro

«Muitos dos verdadeiros atentados urbanísticos que se cometeram levam a assinatura de outros»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,5 €/\$500\$	4 €/\$800\$
Regiões Autónomas	3,5 €/\$700\$	6 €/\$1.200\$
Macau	6,5 €/\$1.300\$	12 €/\$2.400\$
Europa	7,5 €/\$1.500\$	14,5 €/\$2.900\$
Resto do Mundo	11,5 €/\$2.300\$	22 €/\$4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,3 €/\$1.650\$	16,5 €/\$3.250\$
Regiões Autónomas	12 €/\$2.400\$	23 €/\$4.600\$
Macau	23 €/\$4.600\$	45,5 €/\$9.100\$
Europa	27,5 €/\$5.500\$	54 €/\$10.800\$
Resto do Mundo	42,5 €/\$8.500\$	83 €/\$16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

